



1290000635



TCC/UNICAMP L628a

**UNICAMP**

**INSTITUTO DE ECONOMIA**



**UMA ANÁLISE DO SISTEMA BNDES DE 1986 A 1994**

**CEDOC/IE/UNICAMP**

**Aluno: Maurício José Beltrame de Oliveira Lima**  
**Orientador: Prof. Dr. Natermes Guimarães Teixeira**  
**Banca: Prof. Miguel Juan Bacic**

**Campinas, junho de 1997**

**TCC/UNICAMP**  
**L628a**  
**IE/635**

**CEDOC/IE**

### **Agradecimentos:**

Gostaria de agradecer meus pais pelo apoio durante todo o período de estudo universitário.

Ao Prof. Natermes, meu orientador, pela paciência e pela ajuda essencial a este trabalho.

Meus colegas (principalmente à Márcia, Joely, Luciane, Jaqueline, Débora, Roniclever, Eduardo Cesar, Antônio Carlos, Roman e Thiago Moreira) pelo bom, e às vezes mau humor. Ao prof. Macarini e ao Prof. Pedro Ramos pela importante ajuda.

A Andrea, minha namorada, que sempre me acompanhou durante toda esta pesquisa.

## **ÍNDICE:**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO 1: Histórico do Sistema BNDES.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 2: Governo Sarney (1986 a 1989).....</b>	<b>11</b>
2.1- A conjuntura econômica do período.....	12
2.2- O desempenho do Sistema BNDES.....	15
2.3- O planejamento que orientou a ação do Banco no período.....	21
Anexo estatístico.....	25
<b>CAPÍTULO 3: O BNDES na anunciada era do Brasil Novo (1990 a 1991).....</b>	<b>27</b>
3.1- A conjuntura econômica do período.....	27
3.2- O desempenho do sistema BNDES.....	30
3.3- O Plano Estratégico para o quadriênio 1991-1994.....	32
Anexo estatístico.....	33
<b>CAPÍTULO 4: O Governo Itamar (1992 a 1994).....</b>	<b>34</b>
4.1- A conjuntura econômica do período.....	35
4.2- O desempenho do Sistema BNDES.....	38
Anexo estatístico.....	42
<b>CAPÍTULO 5: As mudanças no Sistema BNDES no período.....</b>	<b>43</b>
5.1- A mudança da estratégia operacional do BNDES.....	43
5.2- Os objetivos sociais do BNDES.....	45
Anexo estatístico.....	47
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>57</b>

capacidade ociosa de setores tradicionalmente por ele atendidos, em conjunto com a criação de várias “holding” estatais.

Por esses motivos, o Banco se aproximou da iniciativa privada, aumentando seu apoio às pequenas e médias empresas e, além disso, com a criação da FINAME, passava financiar a compra de máquinas e equipamentos nacionais, aumentando também seu apoio às instalações industriais e ao desenvolvimento tecnológico.

Em 1967, os recursos do Banco passaram a constar do orçamento fiscal e monetário, fato que permitiu o recebimento de parte da reserva monetária formada pela arrecadação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), criado em 1966. No período de 1967 a 1973, houve grande instabilidade quanto aos recursos para financiar o desenvolvimento econômico, que segundo Prochnik<sup>4</sup>, foi parcialmente compensado por recursos vinculados a programas específicos. Em 1972 e 73, o orçamento do BNDE teve queda real com a diminuição dos saldos dos recursos vinculados.

A partir de 1974, o BNDE passou a ter um papel central no II PND (1974 / 1978), com a transferência dos recursos do PIS/Pasep. Com essa substancial fonte de recursos, o Banco obteve um grande reforço financeiro, concentrando seus financiamentos em insumos básicos e bens de capital, sem prejudicar os outros setores.

---

<sup>4</sup> Prochnik, Marta. Fontes de recursos do BNDES in *Revista do BNDES* n°4, dezembro de 1995

O Banco deu ênfase à empresa privada nacional e, com a criação das subsidiárias EMBRAMEC, FIBASE e IBASA, começou a sistematizar e intensificar a participação societária nas empresas, com o objetivo de capitalizar a indústria nacional.

No início da década de 80, com o processo inflacionário e a crise econômica brasileira, as consultas e desembolsos do Banco caíram, ocorrendo um novo processo de diversificação dos financiamentos. No período de 1979 a 81, os setores que obtiveram maior ajuda do Banco foram o de siderurgia e energia elétrica. Nesse período, o plano de ação do BNDES diagnosticava a necessidade de atuação no apoio à infra-estrutura de interesse social e na produção de bens de consumo essenciais<sup>5</sup>.

Nesse período, mais precisamente no início da década de 80, com o agravamento da crise, quando o País sofreu com a deterioração no balanço de pagamentos e a aceleração inflacionária, segundo Pinheiro<sup>6</sup>, o BNDES ficou sem uma clara definição de prioridade, aumentou o número de setores apoiados pelo Sistema, não obstante tenha diminuído o montante da ajuda financeira, devido às dificuldades financeiras do Estado. Assim, o Banco foi praticamente forçado a contribuir com a política de contenção do governo e passou a se preocupar com a aplicação do Finsocial, criado em 1982, e incorporado de forma compulsória aos

---

<sup>5</sup> Em: Bonelli, Regis. O papel da poupança compulsória no financiamento do desenvolvimento in Revista do BNDES n<sup>o</sup>1, junho de 1994

<sup>6</sup> Em: Pinheiro, Armando Castelar. O s fundos de pensão e o financiamento do desenvolvimento: o papel do BNDES in Revista do BNDES n<sup>o</sup>2, dezembro de 1994

recursos do Banco com o objetivo de conceder maior apoio às áreas sociais. Entre os principais resultados, os desembolsos com objetivos sociais alcançaram 15% do total, sendo que, inclusive, o Banco mudou de nome de BNDE para BNDES, marcando um nova época de maior apoio à área social.

Além disso, essa década marcou o início da metodologia de montagem de cenários e planejamento estratégicos para orientar a atuação do Banco e visualizar saídas para a crise. Em 1984, o BNDES promoveu vários programas de pesquisas econômicas para definir seu planejamento estratégico que começou a ser usado a partir 1985.

## **CAPÍTULO 2: Governo Sarney (1986 a 1989)**

O BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) passou a se chamar BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em 25 de maio de 1982, pelo decreto lei nº1.940, quando foi incorporado compulsoriamente ao seu passivo o Finsocial. Esse período é marcado por um contexto de crise financeira do estado no início da década de 80, com deterioração do Balanço de Pagamentos provocado pelo aumento do juros americanos em 1979 e aceleração inflacionária, a qual provoca o crescimento da dívida pública interna devido aos juros pagos pelos títulos públicos, com valor superior ao da inflação, deixando o governo sem uma clara prioridade<sup>1</sup>.

Com o estrangulamento das finanças do Estado, o Banco foi se afastando do setor público e, sem prioridades claramente definidas, passou a adotar estratégia própria, baseado na capacidade de pagamento das empresas, apoiando mais os setores exportadores, que não são atingidos pela recessão da economia brasileira na década de 80. Nesse período ganha importância os recursos próprios.

A partir da segunda metade da década, o Banco passou a trabalhar com planejamento estratégico, o primeiro foi o do triênio 1985/86, que sobre os efeitos da “Nova República” e do Plano Cruzado, se deu num quadro de crescimento da produção e superávit externo, mesmo com a crise internacional, houve um modesto

---

<sup>1</sup> Ferreira, Carlos Kawall Leal. O financiamento da indústria e infra-estrutura no Brasil. Campinas, UNICAMP (tese de doutorado), 1995

aumento nos investimentos para ampliação, mas os financiamentos aprovados tiveram uma pequena queda em 1985, pois a recuperação industrial se deu sobre a capacidade ociosa já instalada.

## **2.1- A conjuntura econômico do período**

O período de 1986 à 1989 foi fortemente marcado pelo Plano Cruzado, e outros planos de estabilização econômica (Plano Bresser e Plano Verão) que fracassaram na tentativa de conter a inflação. Neste período, o país assistiu ao crescimento da aceleração inflacionária que passou de 65% em 1986, graças ao congelamento de preços promovido pelo Plano Cruzado, para 1.782,9% em 1989, ano que foi marcado pelo final do Governo Sarney e pelas primeiras eleições diretas para presidente depois de mais de 25 anos.

O Plano Cruzado é implementado em 1986 com abono de 8% e o aumento de 15% do salário mínimo que ocasionou, junto com a estabilização de preços, provocada pelo congelamento, um aumento real de salários. Com crescimento de 12,1% da demanda.

O aumento de consumo ocorrido em 1985 esgotou a capacidade ociosa e assim o crescimento da demanda provocou um aumento de 19% nos investimentos, que se concentraram em ampliação e adequação da capacidade produtiva e modernização tecnológica, sendo que as importações de máquinas aumentaram 21% neste ano.

O crescimento da demanda interna provocou um aumento de 7,49% no PIB e uma queda nas exportações, sendo que com isso o superávit comercial diminuiu 23,39%, junto com essa queda houve um aumento na remessa de lucros ao exterior, provocando um desinvestimento de US\$ 100 milhões. Assim o país teve um déficit de US\$ 3 bilhões no BP agravando sua situação externa.

Apesar do déficit, o Plano Cruzado conseguiu baixar a inflação de um patamar de 235,1% em 85 para 65% no ano de 1986, porém já em 87 no primeiro quadrimestre de 87, mesmo com o elevado nível de produção, principalmente para recomposição de estoque, o comércio já sinalizava o desaquecimento do mercado interno a inflação começava a se acelerar alcançando 12%<sup>2</sup> só em janeiro contra 3% em dezembro de 86. Com saldo comercial ainda desfavorável, o país não teve capacidade para pagar o serviço da dívida e decreta moratória em janeiro, dificultando o acesso à financiamentos externo, inclusive para o BNDES.

A situação se agrava a partir de maio com o esgotamento dos fatores que sustentavam o crescimento do PIB, era o fim do ciclo expansivo, com queda de salários reais e aumento das taxas de juros.

Com o agravamento da situação, é implementado em junho o Plano Bresser que provocou a aceleração da retração do nível de atividade, apesar da boa safra ( a agricultura cresceu 14% neste ano) e do saldo comercial positivo.

---

<sup>2</sup> Inflação mensal pelo IGP-DI da FGV

Em agosto e setembro há uma pequena recuperação da economia, com um afrouxamento da política salarial em setembro. No final do ano de 87, houve aceleração inflacionária, alcançado 14,5% em novembro e 15,9% em dezembro, que junto com o declínio da atividade econômica fez com que a política econômica se voltasse para o desequilíbrio fiscal.

O PIB cresceu apenas 3,56%, devido principalmente a agricultura, pois a indústria cresceu apenas 0,9% e os serviços 3,6%. O principal problema do país em 87 foi o setor externo que já apresentava déficit no BP em 86. O Brasil teve um crescimento das exportações na ordem de 18%, com um saldo comercial de US\$ 11,1 bilhões, insuficiente para pagar o serviço da dívida.

Na primeira metade de 88 a recessão é compensada com o esforço exportador iniciado em 1987, porém acabou sendo significativa no final do ano com uma queda do PIB da ordem de 0,06%. Além disso, a inflação alcançou o patamar de 4 dígitos, 1.037,6% no ano.

O PIB que havia caído em 88 teve uma pequena recuperação em 1989 com aumento de 3,16%, o ano da primeira eleição direta para presidente depois de 25 anos, quando crise chegou ao seu ápice. Com um governo desacreditado e a perspectiva do setor privado de um novo Plano Econômico, graças a eleição, a inflação chegou 1.782,9% neste ano, a maior da história do país até então, obrigando o governo a aumentar os juros dos títulos públicos para evitar a fuga para ativos reais, devido à ameaça de hiperinflação, agravando ainda mais o déficit público.

Assim, no final de 1989 a instabilidade da economia era grande, com um governo desacreditado que havia perdido as eleições e a expectativa da posse do novo governo com claros sinais de hiperinflação.

## **2.2- O desempenho do Sistema BNDES**

O ano de 1986 seguiu a tendência da década de 80 com a queda de 75% dos recursos vinculados, que aumentou a autonomia do Banco para a alocação dos empréstimos. Porém, a queda nos recursos vinculados, que se deu principalmente com o Finsocial, que já vinha se reduzindo desde 1983, quando os desembolsos do Fundo representavam 15% do total, prejudicando as aprovações para o setor social com a queda de 87% em 86 representando apenas 1% dos desembolsos neste ano, graças a decisão do governo de repassar o Fundo direto para estados e municípios reduzindo os recursos repassados diretamente para o Banco.

Apesar da queda nas aprovações com recursos vinculados, houve um aumento de 7% no total das aprovações do Sistema e uma queda de 3% nos desembolsos, reflexo da queda de 44% dos desembolsos com recursos vinculados, sendo que o aumento do desembolso com recursos próprios aumentou 22%.

O ano de 86 foi um ano de crescimento da economia com aumento de 7,49% do PIB, porém o desempenho do BNDES não acompanhou este crescimento devido a crise do estado que prejudicou o investimento em infra-estrutura e energia, com queda de 8% e 28% respectivamente dos desembolsos, e somado a isso a decisão

adotada pelo governo de repasse do Finsocial neste ano de eleições estaduais e legislativas.

Mas nos setores que dependem do iniciativa privada o desempenho do Banco acompanhou o crescimento da economia e a euforia provocada pelo Plano Cruzado em 86. As aprovações cresceram apenas 7%, porém as aprovações para indústria cresceram 36% e os desembolsos 21% com crescimento nos desembolsos para todos os setores da indústria como insumos básicos (9%), bens de capital (22%) e bens de consumo (56%) e cresceu 148% na construção civil.

A agricultura, que estava incluída no Planejamento Estratégico do Banco para o triênio 85/87, para o apoio ao aproveitamento das oportunidades agrícolas disponíveis, assim iniciou-se em 86 as aprovações do crédito rural, destinado a propriedades e cooperativas para compra de máquinas e equipamentos, irrigação, tratamento do solo e obras básicas. Com isso as aprovações para o setor agrícola aumentaram 85%, representando 15,9% das aprovações contra 9,22% em 85, os recursos se destinaram principalmente para aquisição de máquinas e implementos agrícolas e com a agroindústria, dando uma perspectiva de crescimento da agricultura para os próximos anos apesar da queda de 7,3% na produção agrícola, devido à problemas climáticos e a crise da pecuária do período do Cruzado. Ainda seguindo o Planejamento Estratégico o BNDES deu continuidade ao PROINFO com financiamento e atividades institucionais, com um crescimento de 102% nas aprovações para o setor eletro-eletrônico.

Já no conturbado ano de 1987, quando a economia começava a entrar em recessão, com o crescimento anual do PIB de apenas 3,56%, houve um aumento da demanda por crédito no Sistema BNDES, com o crescimento da procura e das aprovações para ampliação e adequação da capacidade produtiva de 68%, mostrando uma estratégia defensiva dos agentes frente a uma perspectiva de desaceleração econômica.

Com o aumento da demanda houve um crescimento de 48% nas operações aprovadas, com um crescimento de 33% nas aprovações com recursos próprios e de 239,2% nos recursos vinculados, após a diminuição no repasse desses recursos em 86, ano eleitoral que levou o governo a preferir repassar os recursos diretamente para estados e municípios. Das aprovações com recursos vinculados foram para o setor público.

O Planejamento 85/87 previa para 1987 modernização da produção de alimentos, expansão dos serviços sociais, e a ampliação do uso de recursos próprios pelo Banco. A política de contenção de gastos do governo fez com que a procura por investimentos de infra-estrutura fosse pequena, assim o BNDES procurou formas de incentivar a participação privada em investimentos de infra-estrutura, que continuavam a representar parte significativa dos recursos demandados.

Houve um aumento da demanda por recursos, principalmente para investimentos fixos e mistos, e compra de máquinas e equipamentos no setor de insumos básicos, havendo pouca procura de financiamento para indústria de bens de

capital, por causa das dificuldades financeiras das empresas públicas. As aprovações continuaram a privilegiar a ampliação e adequação da capacidade produtiva com 81% das aprovações. O setor industrial e o de infra-estrutura tiveram suas participações nos desembolsos reduzidas respectivamente de 50% em 86 para 46% e de 24% para 23%. A agricultura teve um crescimento na participação dos desembolsos passando de 12% em 86 para 14% em 87, e a energia e o setor social mantiveram sua participação ( respectivamente 7% e 1%), com um aumento real de 122% do total de desembolsos do setor social, acompanhando o aumento dos recursos vinculados como um todo que representaram 39% do total em 87 e voltaram a diminuir em 88 representando 24% do total de recursos. Representando uma queda de 8% dos recursos vinculados em 1988, porém ao contrário de 87 os recursos do Finsocial não acompanharam a tendência dos recursos vinculados neste ano, havendo uma duplicação do repasse desses recursos, que foram investidos principalmente (50% dos recursos) no apoio a pequenos produtores rurais. Com isso em 88 os projetos sociais tiveram um aumento de 81% nos desembolsos, representando 2% do total.

Mesmo assim as aprovações tiveram aumento real de 12% neste ano, com aumento de 20% dos recursos ordinários , sendo que as aprovações para o setor privado aumentaram 13% e para o setor público 41%, devido ao financiamentos à Binacional de Itaipu e à Siderbrás.. Os financiamentos para fortalecimento financeiro (que representaram 13% das aprovações de 88) cresceram 29% com

reflexo da recessão do país. Esse crescimento das aprovações, mesmo com a redução da capacidade de investimentos do setor público, se deu devido a grandes projetos privados em papel e celulose e química.

Os desembolsos tiveram um aumento real de 6%, sendo que a maior parte dos recursos desembolsados foi para o setor privado, 71%, representando um aumento desse setor nos desembolsos, com aumento real de 6%, enquanto o setor público, teve queda nos desembolsos de 6%. O principal beneficiado foi o setor industrial, incluindo os empréstimos concedidos pela FINAME (comercialização de máquinas) e pelo BNDESPAR (participação acionária e lançamento de debêntures).

Os destaque foi o setor de insumos básicos (que obteve crescimento de 113% nas aprovações e de 74% nos desembolsos) liderados pelos setores de siderurgia, com aumento real no desembolso de 139%, graças a operação de conversão da dívida da Siderbrás em debêntures que representou 49,5% das aprovações para siderurgia, no setor de química e petroquímica com aumento real de 72% dos desembolsos a o setor de papel e celulose com aumento de 152% nos desembolsos e 744% nas aprovações mostrando a importância que este setor vem tendo desde o início da década de 80 com constante aumento nos desembolsos do Banco devido a sua capacidade de pagamento e seu desempenho exportador.

A queda nos desembolsos para o setor público se deve a gradativa redução da capacidade de investimento do setor e em parte a resolução 1.469 do Banco Central

de 1988 que congelou o saldo do setor público a níveis de 1987, provocando queda nas liberações para o setor.

Assim apesar da tímida recuperação do produto em 1989, com a crise financeira do estado houve uma grande queda nas consultas do setor público, de 85% segundo dados do Banco, devido principalmente a resolução 1.469.

Com o atraso do repasse do PIS-Pasep os desembolsos do Banco caíram em todos os setores, indústria, agricultura, infra-estrutura e principalmente no setor social, que teve uma queda nos repasses do Finsocial, teve uma queda de 68%, sendo repassado apenas 3% do total do valor do Fundo.

É importante notar que o agravamento da crise do estado com o pagamento da dívida externa e com uma queda de 15% nas consultas principalmente por causa da queda de 73% nas consultas feitas pelo setor público acabaram aproximando o Banco da iniciativa privada. Essa aproximação foi acelerada pela resolução nº 1469 do Banco Central que buscava a estratégia de ajuste patrimonial do Sistema.

Com a queda de 30% nos recursos vinculados enquanto nos ordinários a queda foi de 18%, o banco procurou trabalhar com recursos próprios procurando emprestar para projetos de maior rentabilidade, principalmente os do setor exportador como papel e celulose, metalurgia de não ferrosos, e mineração. O setor de bens de capital teve um desempenho importante com aumento de 20% nos desembolsos reais devido ao extraordinário aumento de 103% no ramo de transporte com empréstimos a EMBRAER e as aprovações do FMM (Fundo de Marinha

Mercante), liberados em setembro da resolução nº 1469 do BACEN usados para financiar investimentos em transporte e armazenagem.

Dadas as dificuldades enfrentadas pelo setor público, que vinha comprometendo os investimentos em infra-estrutura, o BNDES intensificou o desenvolvimento de mecanismos de capitalização e financiamento desse investimentos junto ao setor público, como já estava previsto no Planejamento Estratégico. Essa aproximação ao setor público é uma característica da ação do Banco desde o início da década de 80 devido a crise do setor público e a necessidade do BNDES encontrar alternativas de investimentos.

Dos recursos 95% foram para implantação e adequação da capacidade instalada, sendo reflexo da estratégia defensiva<sup>3</sup> das empresas nacionais de apenas adequar suas máquinas sem aumento da capacidade produtiva.

Nesse anos de intensificação da crise financeira e com a diminuição dos recursos vinculados às aprovações do Sistema BNDES tiveram queda de 20% e os desembolsos queda de 19%.

### **2.3- O planejamento que orientou a ação do banco no período**

O período de 85 a 87 foi marcado pela experiência do Cruzado. Como no final de 85 achava-se que a economia estava estabilizada houve um crescimento de

---

<sup>3</sup> Laplane, Mariano f. e Silva, Ana Lúcia G. : "Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo" in Economia e Sociedade nº 3 dez. 1994

desembolsos e aprovações do BNDES nos anos de 86 e 87, porém o setor público, que era historicamente principal cliente do Banco, entrou em crise nos anos 80 fazendo com que diminuíssem os investimentos estatais, devido a uma política de contenção dos gastos públicos, que prejudicou os investimentos em infra-estrutura e no setor social. No final de 87 começou a reversão do ciclo expansivo com aceleração inflacionária e queda nos investimentos, a partir de 88 o crescimento real das aprovações e desembolsos do Sistema BNDES passam a ser negativas, havendo queda real no montante aprovado e desembolsado

Além disso, o planejamento estratégico para o triênio 85/87, previa o apoio do BNDES a programas específicos na área de tecnologia de ponta e na agricultura. Os desembolsos com infra-estrutura representavam 25,73% do total e passaram para 22,90% em 1987, e com o setor social caiu de 8,26% em 85 para 1,06% em 87, devido a contenção dos gastos públicos. Na agricultura e eletrônica, onde estava o setor de alta tecnologia, que eram setores onde se previa uma maior atenção no planejamento estratégico, tiveram respectivamente um aumento de sua porcentagem nos desembolsos de 10,87% em 85 para 14,08% em 87 e de 1,46% em 85 para 3,51% em 87. Entre os gastos públicos, o único que apresentou um crescimento no percentual sobre o total de desembolsos foi o transporte que passou de 0,82% em 85 para 1,85% em 87 devidos a iniciativas isoladas do setor público, com crescimento do total desembolsados nesses três anos de respectivamente 75%, 85% e 52%.

Dentro do ambiente de crise do estado, o BNDES usou seus recursos ordinários, que tiveram um aumento de importância nesses 3 anos, para contemplar principalmente empresas privadas, assim houve uma contínua queda nas aprovações para infra-estrutura, com recuperação em 87, já no fim do ciclo expansivo. Com isso o planejamento estratégico para o triênio 88/90 assume a mudança na estratégia histórica do Banco, reconhecendo a necessidade da configuração de um novo estilo de desenvolvimento da economia brasileira, são feitos estudos visando uma maior participação privada nos investimentos nacionais, que apontava para aperfeiçoamento da legislação referente a concessão e obras e serviços públicos.

Foram feitos 14 planos anuais visando setores específicos da economia.

Esse plano trienal é interessante por mostrar a matrizes da ação do Banco na década de 90, que é marcada pelo papel dele no Programa Nacional de Desestatização (PND), que é feito com o discurso de integrar o país ao mercado internacional competitivo, que é uma das linhas básicas do planejamento 1988-1990. Também presente no planejamento, e que será uma característica do banco na década de 90 é o aumento dos setores apoiados, e portanto a perda de grandes prioridades setoriais, mostrado pelos 14 planos setoriais.

Além da aproximação do Banco com o setor privado, motivado pela crise do estado brasileiro iniciada na década de 80, fez o BNDES procurar alternativas de investimento privado inclusive para o setor de infra-estrutura, muito dependente do

setor público, essa alternativa de trocar o setor público pelo privado fica bem clara no Plano Nacional de Desestatização.

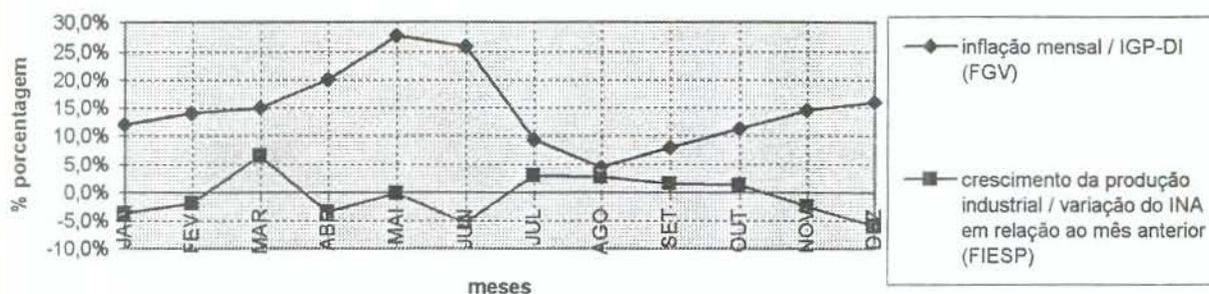
Essa estratégia de maior independência do Banco e de aproximação do banco com o setor privado fica claro com a diminuição dos recursos vinculados em 56,5% em 88 e em 30% em 89 e aumento do apoio ao setor privado.

Economia no ano de 1987

inflação mensal DEZ/86 = 7,6% e no ano de 1986 = 65,0%

1987-mês	inflação mensal / IGP-DI (FGV)	crescimento da produção industrial / variação do INA em relação ao mês anterior (FIESP)	uso da capacidade instalada (FIESP)
JAN	12,0%	-3,7%	81,3%
FEV	14,1%	-1,9%	81,4%
MAR	15,0%	6,5%	81,8%
ABR	20,1%	-3,5%	81,6%
MAI	27,7%	-0,1%	81,2%
JUN	25,9%	-5,4%	80,0%
JUL	9,3%	3,0%	80,2%
AGO	4,5%	2,8%	80,2%
SET	8,0%	1,6%	80,9%
OUT	11,2%	1,3%	81,2%
NOV	14,5%	-2,5%	81,2%
DEZ	15,9%	-5,9%	78,3%
ACUMULADO NO ANO	415,8%	-8,5%	# n. d. #
MÉDIA MENSAL NO ANO	14,9%	-0,7%	80,8%

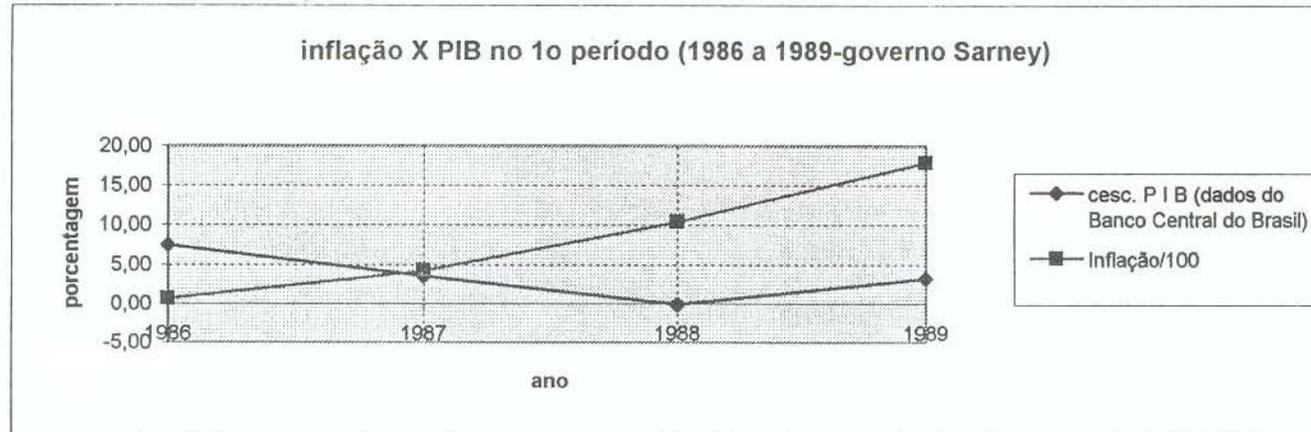
A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1987



A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1987 E O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA



1o período: 1986 a 1989 - Governo Sarney - pós cruzado  
Gráfico: ano X porcentagem



### **CAPÍTULO 3: O BNDES na anunciada era do Brasil Novo (1990 a 1991)**

Na segunda metade da década de 80, o país assistiu a várias tentativas de planos de estabilização sem sucesso, após a euforia do Plano Cruzado de 1986 na verdade o Brasil caminhou para recessão com baixas taxas de crescimento do PIB, que chegou a ser negativa em 1988, e para deterioração das finanças públicas, com o iminente risco de hiperinflação já em meados de 89 e início do ano de 1990, na expectativa da posse do novo governo, o primeiro eleito democraticamente depois de 25 anos.

Durante esse período, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social procurou se aproximar do setor privado e, acompanhando a recessão, teve uma queda no crescimento dos desembolsos e das aprovações a partir de 1987, chegando a diminuir em 89.

#### **3.1- A conjuntura econômica do período**

O início do ano de 1990, no término do Governo Sarney, o país enfrentou um dramático quadro inflacionário que beirava a hiperinflação: a inflação de 89 foi de 1.783,9% com aceleração inflacionária, e em março, mês da posse do novo governo a inflação mensal chegou à 84,3%.

Assim, o governo do Pres. Fernando Collor, que tomou posse no dia 15 de março de 1990, encontrou um cenário especulativo de intensa fuga para ativos reais.

No mesmo mês de sua posse, o governo adotou medidas drásticas, com a adoção do Plano Collor (Plano Brasil Novo) que bloqueou 75% da liquidez da economia por 18 meses, para tentar conter a inflação, o que provocou uma grande recessão.

O Plano Collor provocou dificuldades conjunturais para várias empresas em praticamente todos os setores da economia. Com o plano, o PIB diminuiu 4,6%, com queda no nível de produção de todos os setores (agropecuária -4,4% e serviços -0,7%) principalmente na indústria que apresentou queda de 8,6%, sendo que a produção de bens de capitais caiu 15%. O nível de emprego neste ano, segundo o Ministério do Trabalho, teve um decréscimo de 4%, sendo que só na Grande São Paulo houve um aumento de 13,06% no desemprego.

Porém, já em maio o governo começou a flexibilizar a liquidez com a permissão para as empresas pagarem impostos com ativos congelados<sup>1</sup> (em NCz\$), criando um mercado paralelo de liquidez, assim o total dos meios de pagamento na economia (M4), que havia diminuído 75% com o plano, cresceu 150% em 2 meses alimentando novamente o processo inflacionário.

O Governo Collor marcou a adoção de políticas neo-liberais e, assim sendo, junto com o plano de estabilização o governo promoveu reformas estruturais e mudanças na política cambial, adotando câmbio flexível com bandas e com

---

<sup>1</sup> O Plano Collor congelou todos os ativos monetários em Cruzados Novos (NCz\$) e criou uma nova moeda, escassa, com o mesmo valor nominal do Cruzado Novo: o Cruzeiro (Cr\$). ver detalhes em : Oliveira, Fábio Augusto de. "A política econômica da recessão" in Oliveira, Fábio Augusto de (org.). A economia brasileira em preto e branco, São Paulo, Editora Hucitec, 1991

reformas, visando a abertura e liberalização do mercado interno<sup>2</sup> e a implementação de programas de qualidade.

O ano seguinte de 91 é marcado pelo Plano Collor II, numa tentativa de conter a inflação e recuperar os preços públicos. O governo adota uma política econômica ortodoxa para tentar conter a inflação, tentando esterilizar a liquidez bloqueada que começa a ser liberada. O governo mantém uma política fiscal restritiva, com altas taxas de juros, para evitar aumento de liquidez, e com o câmbio valorizado. Mesmo com todo esforço das políticas ortodoxas a inflação chega a 480,2% neste ano e depois da taxa de crescimento negativa em 90 o PIB tem o crescimento de apenas 0,34%

Com a fortíssima recessão interna, provocada pelo bloqueio da liquidez, e a liberalização das importações e câmbio valorizado, o saldo da balança comercial caiu 31,6% em 90, com um déficit de US\$ 7,2 bilhões neste ano, contra US\$ 3,3 bilhões em 89. O saldo comercial continuou em queda até outubro de 1991, quando a instabilidade interna causou uma fuga de capitais, levando o governo a fazer uma mididesvalorização de 15% no câmbio para tentar aumentar o superávit comercial e evitar uma nova crise cambial.

---

<sup>2</sup> Segundo o Relatório de Atividades do BNDES de 1990. O governo Collor (1990 - 1993) deu início ao processo de liberalização e abertura do mercado brasileiro.

Este processo avançou durante os governos Itamar (1993 - 1994) e Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1995).

### **3.2- O desempenho do Sistema BNDES**

Os recursos ordinários representavam a maioria no respectivo total, 79,58% em 90, contra 20,41% dos recursos vinculados, em 91 o retorno de financiamentos concedidos representou 46%. Sendo que os recursos do Finsocial representaram 0%, reflexo da política fiscal restritiva do governo.

Assim como os repasses dos recursos vinculados acompanharam a política fiscal do governo, o desempenho do Sistema BNDES foi fortemente influenciado pela política monetária e pelo Plano Collor com queda generalizada nas aprovações e nos desembolsos em 1990.

Com a recessão promovida pelo Plano Collor a demanda por financiamentos teve uma queda geral de 16% em todos setores, com exceção do setor de serviços que teve um aumento na procura de 44%. Assim sendo, houve queda nas aprovações de 46%, sendo apenas 2% das aprovações para saneamento financeiro e 98% para ampliação e adequação da capacidade instalada. Os desembolsos que, em 89 tiveram uma queda de 19%, em 90 tiveram queda de 24%, sendo 95% para investimentos em capital fixo, 5% para saneamento financeiro e 0% para a área social, mostrando a estratégia defensiva de investimentos por parte das empresas nacionais frente ao choque recessivo provocado pelo seqüestro da liquidez.

Em 1991, com o retorno da liquidez bloqueada, mas ainda sob uma conjuntura de recessão, as consultas aumentaram 9% com um aumento de 39% nas aprovações e de 11% nos desembolsos sendo que 62,65% foram destinados a

indústria, 27,68% para serviços e apenas 9,59% para a agricultura. Mesmo com crescimento os valores reais das aprovações e desembolsos de 90 e 91 foram os menores em 10 anos, assim como em 90 as aprovações para ampliação e adequação da capacidade produtiva representou quase a totalidade (96%) contra 4% para saneamento financeiro.

Neste período, o Banco se aproximou definitivamente do setor privado, usando um critério técnico de capacidade de pagamento para conceder empréstimos, sem nenhuma política de desenvolvimento, como mostra a queda dos recursos vinculados e dos desembolsos para a agricultura, que normalmente representa maiores riscos, e que teve uma especial atenção do Banco durante o final da década de 80, chegando a representar 34% dos desembolsos em 87 e representando 14,02% em 89 passou para 3,5% dos desembolsos em 90 e 9,59% em 91. Neste período, o BNDES ganhou um importante papel na política neo-liberal do governo Collor, sendo responsável por programas de qualidade e competitividade, criados com a idéia de liberalização da economia, como o PCI (Programa de Competitividade Industrial) e o PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade), além de passar a ser responsável pelo programa de privatização em agosto de 1990. Estes programas eram isolados e não tinham a ambição de serem responsáveis pelo desenvolvimento do país, mesmo o programa de privatização, que em 91 teve um grande impulso com a privatização da MARFESA e da Usiminas, têm como

principal objetivo sanear as contas públicas e não um programa de investimentos e desenvolvimento.

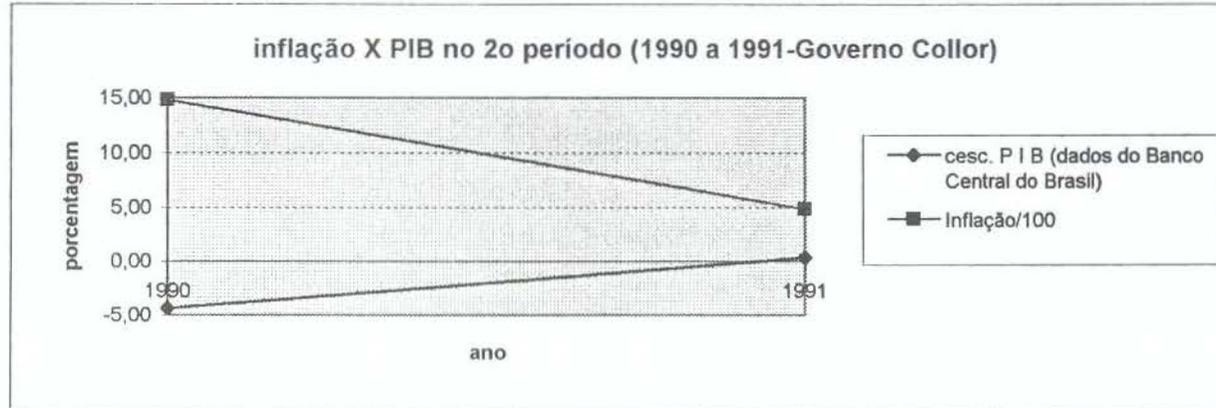
### **3.3- O Plano Estratégico para o quadriênio 1991-1994**

Em 91 teve início um novo Planejamento Estratégico que definia o novo papel no Banco nesta fase da história do país, onde as políticas desenvolvimentistas foram deixadas para segundo plano. Dentro deste quadro da nova política econômica do governo, assumidamente ortodoxa em suas políticas fiscais e monetárias, neste Planejamento Estratégico o Banco assumia o papel que vinha desempenhando desde a década de 80, procurando articular a participação de recursos privados no financiamento dos investimentos, principalmente em infra-estrutura.

O Planejamento para 91-94 previa a expansão da capacidade produtiva e o incremento da competitividade brasileira e melhoria na qualidade dos produtos, linhas do discurso do governo eleito em 1989, apoio a projetos de capacitação e modernização tecnológica, a articulação da participação de recursos privados no financiamento dos investimentos e a viabilidade de empreendimentos de infra-estrutura sob a responsabilidade da iniciativa privada, necessidade percebida e concebida pelo BNDES desde os anos 80 e que se encaixava no discurso neo-liberal do Governo Collor.

2o período: 1990 a 1991 - Governo Collor

Gráfico: ano X porcentagem



## **CAPÍTULO 4: O Governo Itamar (1992 a 1994)**

Os dois primeiros anos do Governo Collor marcaram a adoção de políticas neo-liberais retracionistas, marcando uma nova fase do Sistema BNDES, quando passa a agir como agente dessas políticas, principalmente coordenando o programa de privatizações.

O Banco não seguiu nenhuma política de desenvolvimento setorial, seguindo o discurso de livre mercado, adotado pelo governo. Assim sendo, o BNDES agiu ajudando apenas empresas e projetos com possibilidade de retorno, se afastando, neste período, do seu papel histórico de agente de políticas de desenvolvimento. Além disso, com a abertura do país ao mercado internacional o Banco começa a ter a concorrência do mercado financeiro internacional, mas sem abalar seu papel de principal instituição de financiamento de longo prazo do país.

Dentro da política adotada pelo governo Collor, o Banco se afastou da área social, que passou a ser sua responsabilidade em 83, e ainda mais do setor público. A tendência vinha se desenhando desde o início da década de 80, devido principalmente pelo crise do Estado, em todas suas esferas, a federal, municipal e estadual, mas o período de 90 e 91 foi marcado pelo aprofundamento desta política baseado no ideal neo-clássico.

#### 4.1- A conjuntura econômica do período

O governo manteve sua política ortodoxa restritiva no ano de 1992, o ano foi marcado por grande incerteza e instabilidade provocadas pela investigações sobre a corrupção do presidente de república e o processo de *impeachment* que terminou no início de 93 com a renúncia do Presidente Collor.

Frente a essa incerteza, a política econômica do governo tentava conter a liquidez gerada pela liberalização dos Cruzados Novos e evitar uma crise cambial mantendo altas taxas de juros e taxa de câmbio adequada para exportações. Apesar da política monetária a inflação se manteve num alto patamar, mas o Governo conseguiu manter o superávit do Tesouro Nacional.

Depois da pequena recuperação do PIB em 91, na saída da forte recessão provocada pelo Plano Cruzado, o país teve novamente taxa de crescimento do PIB negativa de -0,82%, o consumo teve uma queda de 16% e o investimento de 3% em relação à 91. A indústria, após um pequeno crescimento no primeiro trimestre, teve uma queda de sua produção, mesmo com o esforço exportador junto com a queda da demanda a partir de abril. A agricultura cresceu 8% devido a boa safra agrícola e os serviços tiveram uma pequena queda, minimizada pelo serviço de escoamento da safra.

Em 1993, o país volta a ter crescimento do PIB, que foi de 4,2% neste ano. O setor privado apresentou um aumento de produtividade, liderado pelo setor de bens

de consumo duráveis, que cresceu 41%, levando a indústria a um crescimento de 9,6% no ano. A inflação cresceu este ano chegando a 2.708,9% no ano, o maior patamar inflacionário da história do país.

Neste ano, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério do Fazenda, onde começou a implementar um programa de estabilização econômica sem choques. A primeira fase do plano de estabilização, o Plano Real, ainda em 93, foi o esforço para o equilíbrio orçamentário do governo, com isso as tarifas públicas acompanharam a inflação sem a defasagem, que foi um instrumento muito usado, principalmente a partir da segunda metade da década de 70 para tentar evitar o crescimento da inflação. A segunda etapa do plano iniciada em março de 1994 foi a implementação da URV, um indexador diário de preços baseado no Dólar, e em julho teve início a terceira e mais importante fase do programa de estabilização, que foi a reforma monetária, a substituição dos Cruzeiros Reais por Reais, com um real equivalente a uma URV. Com isso, a inflação mensal que alcançou 45% em junho, teve uma queda após a implementação da nova moeda, mas ainda manteve uma taxa alta em julho e agosto e baixou no final do ano para 1,8% mensal.

Em 1994, a economia apresentou crescimento do PIB pelo segundo ano seguido, primeira vez desde 87, com a taxa de 5,75%, superior à taxa de 93. O setor que mais cresceu foi a indústria com uma taxa de 7,6%, impulsionada pela indústria de bens de capital (18,6%) e de bens de consumo duráveis (15,5%).

No setor externo, o país conseguiu assinar carta de intenções com o FMI em 92, e no ano seguinte a dívida externa foi negociada abrindo caminho para a estabilidade cambial do país e para a entrada de recursos externos. O processo de liberalização e as altas taxas internas de juros, atraíram o capital internacional, ajudado pelo estabelecimento de novas regras de entrada e saída de capitais e a estabilização da economia mundial com taxas de juros baixas em 1992. Houve neste ano uma entrada líquida de capitais de US\$ 17,2 bilhões contra uma média de US\$ 9,7 bilhões nos dois anos anteriores a 92, em 93 a entrada de recursos externo foi de US\$ 31 bilhões, e em 94 continuou aumentando, chegando a US\$ 40 bilhões. Com isso, o Brasil conseguiu aumentar suas reservas internacionais alcançando reservas de US\$ 23,7 bilhões no final de 92, US\$ 32,2 bilhões em 93 e em 94, ano decisivo por causa da terceira etapa do plano de estabilização, as reservas alcançaram US\$ 42 bilhões, incentivados pela formalização do acordo da dívida externa, alcançando uma situação tranqüila quanto à reservas internacionais e dando a estabilidade cambial necessária para o Plano Real.

Com a política cambial voltada para saldos comerciais, o superávit foi de US\$ 15,6 bilhões em 92, mas em 93 foi de US\$ 13 bilhões, a queda de 14,61% se deu após junho com o final do processo de liberalização com o crescimento de 20,09% nas importações (US\$ 25,7 bilhões) contra apenas 8,15% de crescimento nas exportações ( US\$ 38,7 bilhões) durante 93<sup>1</sup>.As importações de matéria prima e

---

<sup>1</sup> Segundo dados do Banco Central do Brasil

produtos intermediários representaram 51% da pauta e a importação de bens de capitais 20%, combustíveis representou 16% e a importação de bens de consumo 13%. Em 94, o saldo comercial do país continuou a diminuir, ficando em US\$ 10,4 bilhões neste ano, que apresentou aumento de 13% nas exportações mas também um aumento ainda maior das importações, sob o efeito do processo de liberalização comercial.

Em 1992, teve início os esforços junto a Argentina, Uruguai e Paraguai para a integração do Mercosul, que se consolidou em 94, com um aumento de fluxo de comércio com o bloco em 15%, que chegaram à US\$ 10 bilhões neste ano, e das exportações para os outros países do bloco de 10%, com o valor de US\$ 5,92 bilhões.

#### **4.2- O desempenho do Sistema BNDES**

Seguindo a tendência de 1990 e 1991, o Banco procurou critérios técnicos para seus empréstimos, sem uma política de desenvolvimento setorial específica, Os recursos vinculados representaram 0% em 1992 e 93 do total e o repasse do Tesouro Nacional se mantiveram em 2% do seu ativo, mesmo patamar de 90 e 91. É importante notar que mesmo com a queda de recursos vinculados, como o Finsocial que novamente representou 0% do total de recursos, e do repasse do Tesouro, os recursos compulsórios ainda são uma importante fonte para o BNDES, só em 92 o

FAT representou 21% do Sistema em 92 e 25% dos recursos em 93, o PIS/Pasep representou 34% em 92 e 30% em 93.

Com a volta do crescimento da economia em 92, as consultas também cresceram, com aumento de 7% neste ano, porém o crescimento das consultas se concentrou no setor agrícola, 95%, e no setor de transportes, 7%. Com isso, as aprovações cresceram 32%, sendo que as aprovações para ampliação e adequação da capacidade produtiva aumentou 34%, representando 97% do total das aprovações, os desembolsos cresceram 8% sendo que só a agricultura cresceu 118%, representando 15% do total, a indústria acompanhando a recessão teve queda de 20% nos desembolsos passando a representar 50% dos recursos desembolsados pelo Banco, sendo que em 91 representava 67%.

Assim sendo, fica claro que em 92 o desempenho do BNDES não acompanhou a recessão da economia devido, principalmente, ao crescimento do setor agrícola que impulsionou inclusive os desembolsos com setor de serviços, em razão do financiamento ao transporte da safra, o que explica o crescimento de 22% dos desembolsos com o setor de transportes.

Em 93, o crescimento econômico fez com que as consultas ao Sistema aumentassem em 57%, mesmo assim dentro do conceito de eficiência financeira na ação do Banco as aprovações caíram 33% e os desembolsos 11%. Os desembolsos para a indústria caiu 12%, passando a representar 49% dos desembolsos. Os desembolsos para ampliação e adequação da capacidade produtiva caíram 15%

representando 92% do total, a agricultura foi o único setor que apresentou um aumento nas aprovações e desembolsos, teve um aumento de 10% nos desembolsos.

O ano de 1994 apresentou novamente aumento nas consultas ao Sistema BNDES, um aumento de 9%, sendo que houve queda nas consultas do setor de extração mineral, de 46% e de serviços, de 10%. Ao contrário do que aconteceu no ano anterior, neste ano as aprovações e as consultas tiveram um aumento de 52% e 61%, respectivamente, sendo que o aumento dos desembolsos atingiu todos setores, sendo de 76% para o setor agropecuário, 37% para indústria e 3% para os serviços, devido à empréstimos para o setor de comunicações, com aumento de 4.170% liderados por um empréstimo de US\$ 7,7 milhões para um consórcio de agentes financeiros públicos e privados, formado pelo BRDE, BCN Barclays e BCN Banco Mercantil, para telefonia na região metropolitana de Curitiba.

Os financiamentos para ampliação e adequação da capacidade produtiva cresceram 65%, representando 95% do total dos recursos desembolsados.

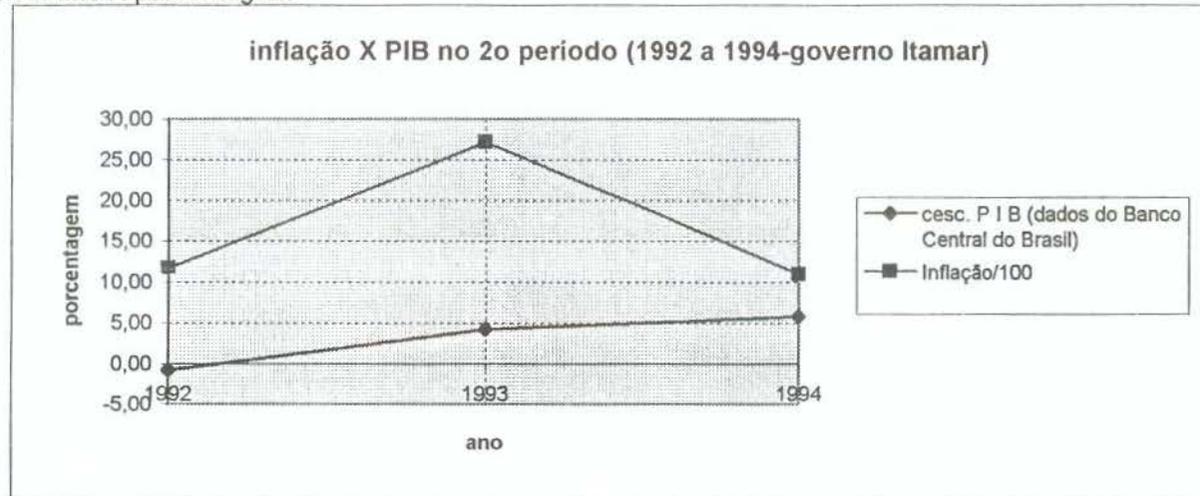
Em 94, o Banco passou a adotar definitivamente uma nova política operacional, segundo a capacidade de pagamento dos clientes, deixando para trás a fase em que o Banco agiu como agente de desenvolvimento com crédito subsidiado para setores considerados estratégicos para o país. Neste ano o Banco Central criou a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), taxa que passou a remunerar os empréstimos cedidos pelo Sistema BNDES, sendo que todos os empréstimos foram feitos com taxas maiores que os custos de captação e foram cobrados todos os

atrasados. Seguindo a nova política do Banco que vinha sendo utilizada desde a década de 80, e foi reconhecida como a nova política dele no ano de 94, 96% dos empréstimos foram para o setor privado

Durante os anos de 92 e 93, dentro da estratégia de conseguir recursos privados para a infra-estrutura e seguindo o Programa Nacional de Desestatização (PND), privatizou-se as principais companhias siderúrgicas do país com a Acesita em 92 a CSN a Cosipa e a Açominas em 93 além de outras de menor importância, assim praticamente se completou a privatização do setor siderúrgico neste período. Em 94 foram negociadas sobras de ações das privatizações passadas, como a CSN, e se privatizou a PQU, a Caraíba e a EMBRAER.

## PIB X inflação

3o período: 1992 a 1994 - Governo Itamar - política de abertura (néo-liberal)  
Gráfico: ano X porcentagem



## **CAPÍTULO 5: As mudanças no Sistema BNDES no período**

Durante os nove anos que foram pesquisados nesta monografia, fica claro que o desempenho do BNDES foi fortemente influenciado pelo nível de atividade da economia e pelo endividamento e crise do setor público.

### **5.1- A mudança da estratégia operacional do BNDES**

No final dos anos 80 o Banco já procurava se aproximar mais do setor privado por necessidade, devido a crise do setor público e conseqüente queda na capacidade deste setor para investimentos, principalmente em infra-estrutura, tradicionalmente financiada pelo Banco.

Em 1986 o Banco já concentrava seus desembolsos e suas aprovações no setor privado, como dito nos capítulos anteriores, durante todo período, embora com algumas variações, a tendência foi a queda dos recursos vinculados. O setor de infra-estrutura sofreu constantes quedas nos desembolsos do banco, sendo que na segunda metade da década de 80 só apresentou crescimento nos desembolsos em 1987.

Já em 88, o BNDES estudava a participação da iniciativa privada no financiamento à infra-estrutura, que foi confirmada com o planejamento estratégico 1991-1994, que previa a aproximação com o setor privado para financiamento da infra-estrutura e a adoção de critérios técnicos para a aprovação dos empréstimos cedidos pelo Banco. O ano de 94 marca o fim da mudança da estratégia do Banco

que deixa de agir como agente de políticas setoriais de desenvolvimento para agir com a lógica de eficiência que caracteriza o setor privado.

Em 94 foi criada a TJLP para remunerar as operações do Banco, que criou neste ano o Comitê de Crédito para fazer a análise das consultas feitas ao Sistema BNDES, passando-se a analisar o grupo ao qual a empresa está ligada e não mais apenas a empresa.

Além disso, na década de 90 o BNDES, pela experiência da sua agência BNDESPAR, assumiu o programa de privatização, passando para o setor privado importantes empresas do setor de infra-estrutura.

O primeiro parágrafo da apresentação do Relatório de Atividades do BNDES de 1994, escrito pelo então presidente do Banco, Perso Arida, demonstra a mudança na atuação do BNDES, marcado pelo ideário neo-clássico:

*“Ao assumir a presidência do BNDES, tinha duas tarefas: adaptá-lo aos novos tempos e aperfeiçoar seus métodos de gestão, uma vez que a coisa pública deve ser gerida pelos mesmos critérios de eficiência que valem para o setor privado - um banco de desenvolvimento tem no adjetivo sua finalidade, mas no substantivo sua essência.”*

Assim a eficiência financeira do Banco foi posta a frente das políticas de desenvolvimento devido tanto pela postura política do Governo quanto pela necessidade demonstrada pela crise do setor público.

## **5.2- Os objetivos sociais do BNDES**

O então BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) passou a se chamar BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 1982 com a incorporação compulsória do Finsocial ao seu passivo, a partir de então o Banco passou a apoiar programas com objetivos sociais, a maior parte desses recursos foram para apoiar pequenos e médios agricultores.

Os desembolsos do Finsocial, que representavam 15% do total em 83, caiu constantemente passando a representar apenas 1,2% do total em 86, devido a decisão do governo de diminuir os repasses ao Banco para repassá-los direto a estados e municípios. No ano seguinte, os desembolsos do fundo não tiveram mudanças significativas representando 1,06% em 87 e em 88 os desembolsos com objetivo social tiveram aumento de 212%, representando 2,79% do total.

Porém, por questões políticas, o Governo preferiu repassar os recursos do Finsocial direto para estados e municípios, sendo que em 89 foi repassado apenas 3% do valor do fundo para o Banco, com isso os desembolsos com objetivos sociais caíram 68% neste ano, representando apenas 0,86% do total.

Com a diminuição do repasse do Finsocial para o BNDES, os objetivos sociais do Banco foram prejudicados, sendo que desde 89 seus desembolsos não alcançam nem 1% do total de desembolso do Sistema BNDES.

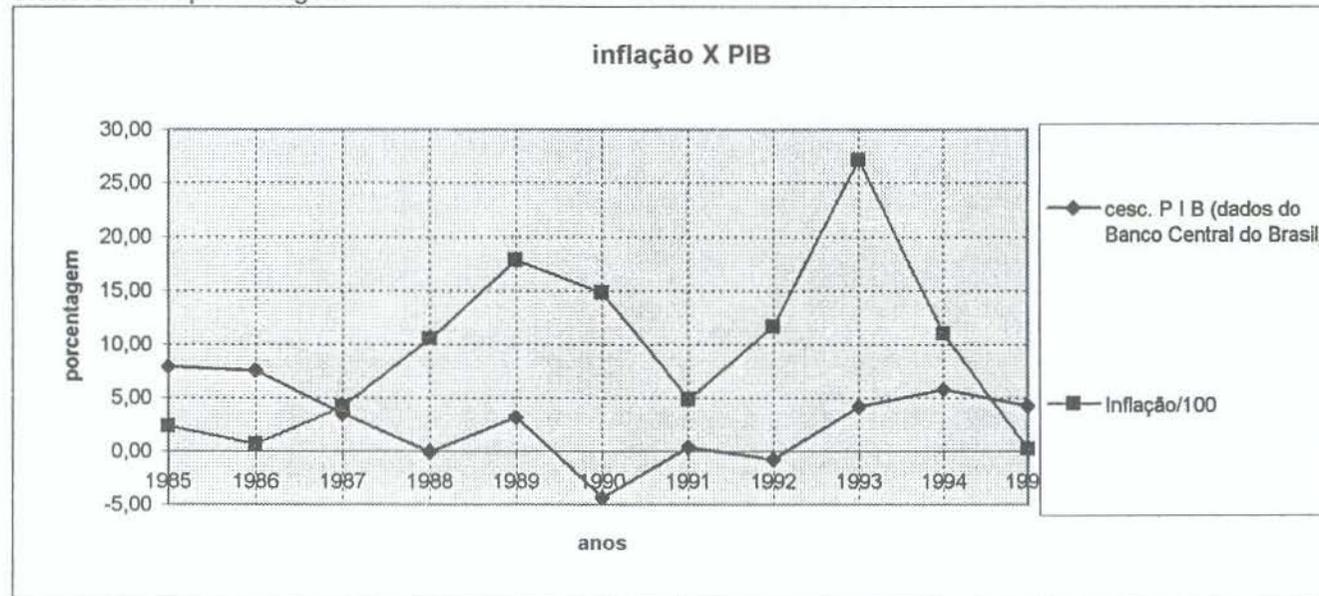
Enquanto a política do governo preferir repassar o fundo diretamente a estados e municípios os desembolsos sociais do BNDES estarão comprometido,

somado a isso a lógica da eficiência que o Banco adotou durante esses anos, os desembolsos sociais estão ligados diretamente ao montante repassado do Finsocial.

## PIB X inflação

ano	inflação (IGP-DI da FGV-ano base 94)	PIB (dados do Banco Central do Brasil) em milhões de US\$ de 95	cêsc. PIB (dados do Banco Central do Brasil)
1985	235,1	448633	7,85
1986	65,0	482235	7,49
1987	415,8	499258	3,53
1988	1037,6	498958	-0,06
1989	1782,9	514726	3,16
1990	1476,6	492335	-4,35
1991	480,2	494009	0,34
1992	1158,0	489958	-0,82
1993	2708,6	510536	4,20
1994	1093,8	539892	5,75
1995	14,8	562740	4,23

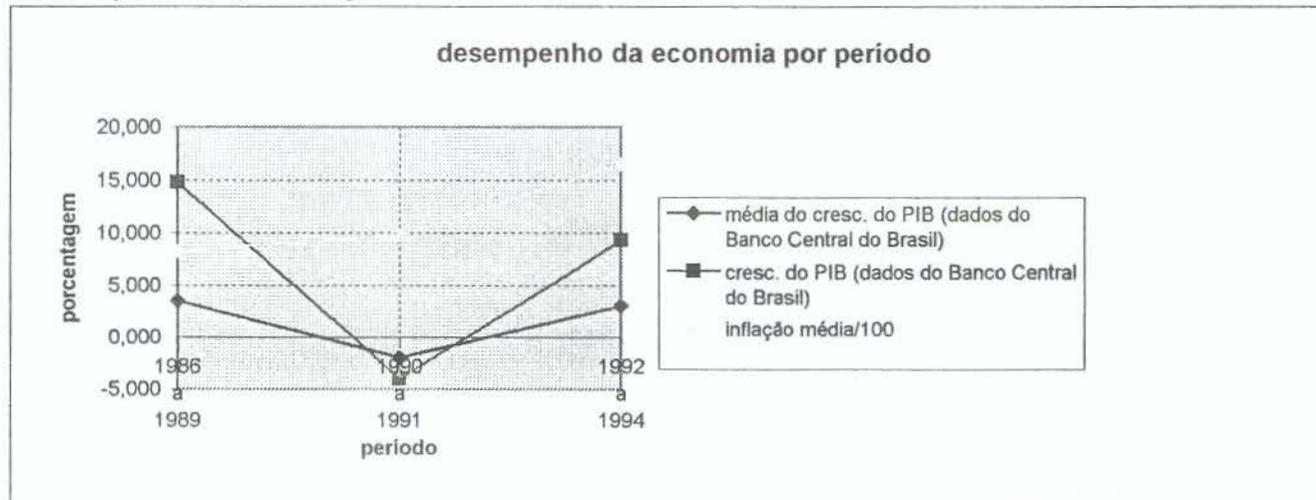
Gráfico: ano X porcentagem



PIB X inflação

período	inflação média (IGP-DI DA FGV - ano base 94)	média do PIB (dados do Banco Central do Brasil) em milhões de US\$ de 95	média do cresc. do PIB (dados do Banco Central do Brasil)	cresc. do PIB (dados do Banco Central do Brasil)
1986 a 1989	825,325	498794	3,530	14,732
1990 a 1991	978,400	493172	-2,005	-4,025
1992 a 1994	1653,480	513462	3,043	9,288
<b>todo per. : 86 a 94</b>	<b>1135,393</b>	<b>502434</b>	<b>2,138</b>	<b>20,342</b>

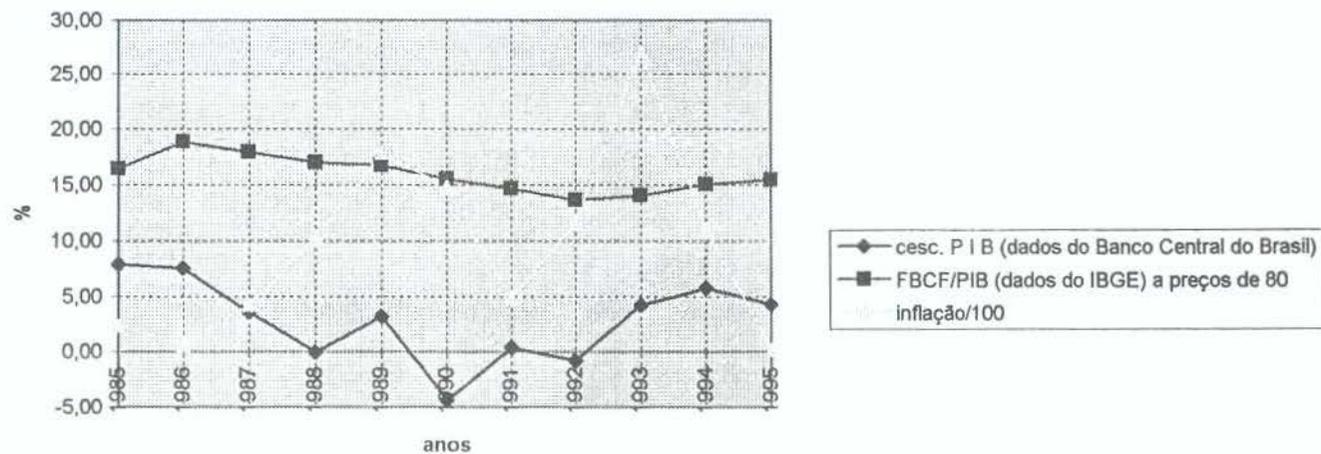
Gráfico: período X porcentagem



formação K bruto

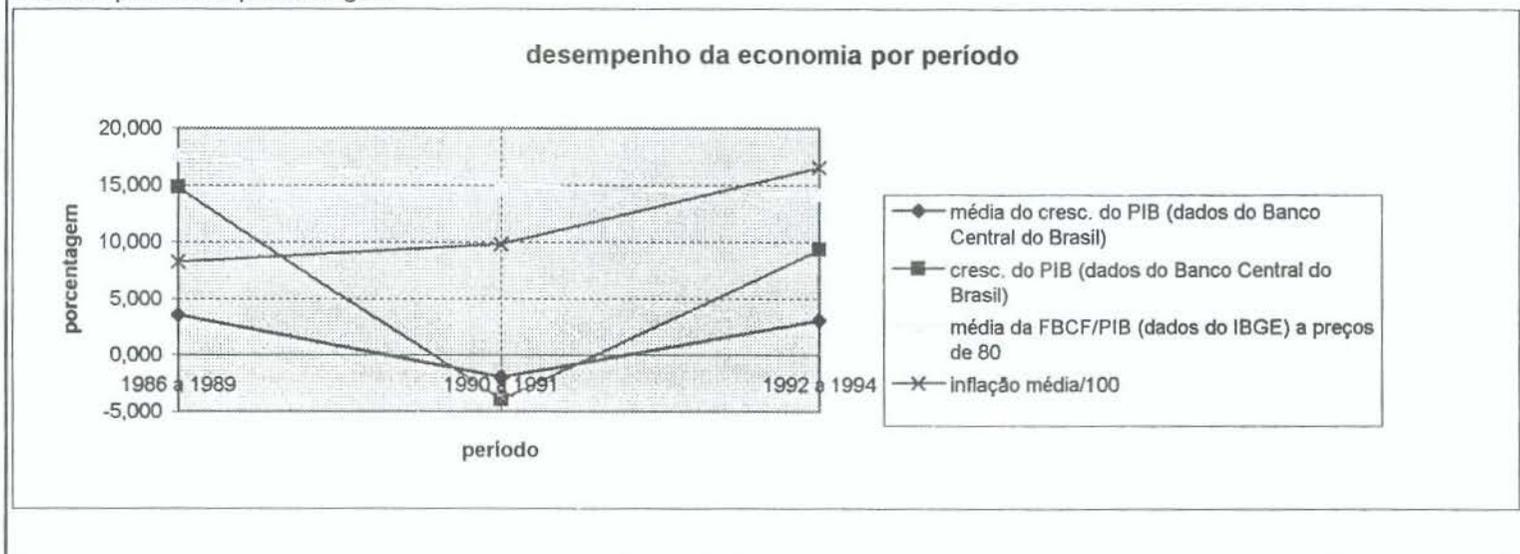
ano	inflação (IGP-DI da FGV-ano base 94)	P I B (dados do Banco Central do Brasil) em milhões de US\$ de 95	cesc. P I B (dados do Banco Central do Brasil)	FBCF/PIB (dados do IBGE) a preços de 80
1985	235,1	448633	7,85	16,4
1986	65,0	482235	7,49	18,8
1987	415,8	499258	3,53	17,9
1988	1037,6	498958	-0,06	17,0
1989	1782,9	514726	3,16	16,7
1990	1476,6	492335	-4,35	15,5
1991	480,2	494009	0,34	14,6
1992	1158,0	489958	-0,82	13,6
1993	2708,6	510536	4,20	14,0
1994	1093,8	539892	5,75	15,0
1995	14,8	562740	4,23	15,4

PIB, inflação e formação de K bruto



período	inflação média (IGP-DI DA FGV - ano base 94)	média do PIB (dados do Banco Central do Brasil) em milhões de US\$ de 95	média do cresc. do PIB (dados do Banco Central do Brasil)	cresc. do PIB (dados do Banco Central do Brasil)	média da FBCF/PIB (dados do IBGE) a preços de 80
1986 a 1989	825,325	498794	3,530	14,732	17,60
1990 a 1991	978,400	493172	-2,005	-4,025	15,05
1992 a 1994	1653,480	513462	3,043	9,288	14,20
<b>todo per. : 86 a 94</b>	<b>1135,393</b>	<b>502434</b>	<b>2,138</b>	<b>20,342</b>	<b>15,90</b>

Gráfico: período X porcentagem



## operações aprovadas

Operações aprovadas	%	cresc.								
	1985	1985	1986	1986	1987	1987	1988	1988	1989	1989
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>43,40%</b>	<b>-3,00%</b>	<b>54,89%</b>	<b>36,00%</b>	<b>48,06%</b>	<b>29,00%</b>	<b>63,30%</b>	<b>36,00%</b>	<b>62,69%</b>	<b>-7,00%</b>
<b>insumos básicos</b>	<b>27,60%</b>	<b>-5,00%</b>	<b>28,70%</b>	<b>12,00%</b>	<b>20,95%</b>	<b>8,00%</b>	<b>45,34%</b>	<b>113,00%</b>	<b>38,34%</b>	<b>-13,00%</b>
mineração	5,55%	56,00%	1,78%	-66,00%	1,69%	40,00%	1,68%	-36,00%	2,00%	54,00%
siderurgia	11,85%	-5,00%	14,29%	29,00%	5,93%	-39,00%	13,13%	106,00%	4,43%	-73,00%
metalurgia de não-ferrosos	2,92%	-27,00%	2,11%	-23,00%	2,39%	67,00%	1,15%	-54,00%	1,77%	88,00%
química e petroquímica	3,61%	-1,00%	6,29%	87,00%	7,26%	70,00%	11,42%	81,00%	15,74%	23,00%
celulose e papel	3,59%	-27,00%	4,02%	20,00%	29,03%	7,00%	17,75%	477,00%	14,14%	-7,00%
cimento	0,09%	-80,00%	0,18%	126,00%	0,77%	520,00%	0,21%	-68,00%	0,17%	-54,00%
outros	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	-71,00%	0,00%	-48,00%	0,08%	793,00%
<b>bens de capital</b>	<b>6,83%</b>	<b>136,00%</b>	<b>9,56%</b>	<b>50,00%</b>	<b>12,07%</b>	<b>86,00%</b>	<b>6,88%</b>	<b>-35,00%</b>	<b>14,47%</b>	<b>45,00%</b>
mecânica	4,11%	148,00%	3,83%	0,00%	3,80%	46,00%	2,52%	-19,00%	2,35%	-10,00%
eletroeletrônica	1,55%	183,00%	2,92%	102,00%	3,03%	53,00%	1,34%	-57,00%	2,62%	53,00%
transportes	1,00%	50,00%	2,42%	160,00%	4,60%	180,00%	2,77%	-26,00%	9,28%	103,00%
outros	0,17%	711,00%	0,39%	147,00%	0,64%	146,00%	0,23%	-64,00%	0,22%	13,00%
<b>bens de consumo</b>	<b>4,48%</b>	<b>-40,00%</b>	<b>6,60%</b>	<b>58,00%</b>	<b>7,91%</b>	<b>77,00%</b>	<b>6,10%</b>	<b>-13,00%</b>	<b>5,07%</b>	<b>-13,00%</b>
essenciais	3,23%	-48,00%	4,90%	63,00%	4,62%	39,00%	4,31%	1,00%	3,89%	-3,00%
duráveis	1,25%	-2,00%	1,70%	46,00%	3,29%	186,00%	1,79%	-34,00%	1,18%	-36,00%
<b>construção civil</b>	<b>2,73%</b>	<b>-38,00%</b>	<b>6,32%</b>	<b>148,00%</b>	<b>5,17%</b>	<b>21,00%</b>	<b>3,32%</b>	<b>-23,00%</b>	<b>3,19%</b>	<b>-28,00%</b>
material	1,30%	18,00%	3,56%	193,00%	2,71%	12,00%	1,86%	-37,00%	2,11%	-2,00%
empresas	1,43%	-57,00%	2,76%	107,00%	2,47%	32,00%	1,46%	-3,00%	1,08%	-52,00%
outras indústrias	1,75%	78,00%	3,71%	127,00%	1,96%	-22,00%	1,67%	-11,00%	1,63%	-13,00%
<b>AGRICULTURA</b>	<b>9,22%</b>	<b>-9,00%</b>	<b>15,90%</b>	<b>85,00%</b>	<b>14,47%</b>	<b>34,00%</b>	<b>10,26%</b>	<b>-26,00%</b>	<b>14,02%</b>	<b>2,00%</b>
fertilizantes	0,17%	-34,00%	0,16%	0,00%	0,58%	435,00%	0,34%	-18,00%	0,33%	-47,00%
produtos agropecuários	0,80%	78,00%	1,06%	42,00%	1,62%	126,00%	1,34%	2,00%	4,34%	100,00%
agroindústria	5,21%	35,00%	10,70%	120,00%	9,05%	25,00%	7,44%	-21,00%	8,80%	-5,00%
máquinas e implem. agríc.	0,42%	72,00%	1,45%	270,00%	0,60%	-39,00%	0,36%	-22,00%	0,12%	-75,00%
infra-estrutura rural	2,57%	-51,00%	2,47%	3,00%	2,59%	55,00%	0,78%	-66,00%	0,43%	-50,00%
outros	0,05%	-34,00%	0,07%	35,00%	0,04%	-17,00%	0,01%	-5,00%	0,00%	-100,00%
<b>ENERGIA</b>	<b>9,74%</b>	<b>-11,00%</b>	<b>8,50%</b>	<b>-7,00%</b>	<b>9,35%</b>	<b>62,00%</b>	<b>11,88%</b>	<b>164,00%</b>	<b>3,46%</b>	<b>-88,00%</b>
petróleo e gás natural	0,03%	1012,00%	0,05%	98,00%	0,04%	17,00%	0,03%	-52,00%	0,05%	48,00%
carvão/riças	0,04%	33,00%	0,11%	188,00%	0,07%	3,00%	0,07%	82,00%	0,00%	-100,00%
elétrica	9,08%	16,00%	7,55%	-11,00%	8,12%	59,00%	10,29%	183,00%	3,24%	-89,00%
nuclear	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-52,00%	0,00%	-100,00%
alcoól	0,58%	-81,00%	0,51%	-4,00%	0,44%	26,00%	0,25%	-24,00%	0,16%	-30,00%
outros	0,01%	-6,00%	0,27%	0,00%	0,67%	263,00%	1,24%	106,00%	0,01%	-100,00%
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>24,83%</b>	<b>-10,00%</b>	<b>13,07%</b>	<b>-43,00%</b>	<b>21,42%</b>	<b>142,00%</b>	<b>8,93%</b>	<b>-55,00%</b>	<b>15,27%</b>	<b>13,00%</b>
urbana	9,74%	-29,00%	7,50%	-17,00%	10,19%	101,00%	3,11%	-51,00%	2,87%	-31,00%
industrial	0,02%	0,00%	0,01%	-51,00%	0,01%	126,00%	0,15%	2613,00%	0,11%	-31,00%
comunicações	0,02%	-26,00%	0,06%	206,00%	0,20%	366,00%	2,28%	487,00%	1,65%	8,00%
transporte/armazenagem	15,04%	8,00%	5,50%	-61,00%	11,02%	196,00%	3,38%	-68,00%	10,64%	69,00%
outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>SOCIAL</b>	<b>7,31%</b>	<b>-87,00%</b>	<b>0,90%</b>	<b>-87,00%</b>	<b>1,36%</b>	<b>122,00%</b>	<b>2,07%</b>	<b>81,00%</b>	<b>0,53%</b>	<b>-78,00%</b>
<b>OUTROS PROGRAMAS</b>	<b>5,50%</b>	<b>-56,00%</b>	<b>6,73%</b>	<b>31,00%</b>	<b>5,34%</b>	<b>17,00%</b>	<b>3,56%</b>	<b>-32,00%</b>	<b>4,02%</b>	<b>-1,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-16,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>48,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-20,00%</b>

Os valores são corridos em moeda nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)

## desembolso

desembolsos	20443924									
	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.
	1985	1985	1986	1986	1987	1987	1988	1988	1989	1989
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>41,08%</b>	<b>-14,00%</b>	<b>50,48%</b>	<b>21,00%</b>	<b>45,77%</b>	<b>9,00%</b>	<b>60,14%</b>	<b>31,00%</b>	<b>63,53%</b>	<b>-14,00%</b>
insumos básicos	28,53%	-24,00%	31,53%	9,00%	22,14%	-16,00%	41,62%	74,00%	42,07%	-14,00%
mineração	3,35%	102,00%	3,12%	-8,00%	2,37%	-9,00%	1,46%	-51,00%	2,75%	11,00%
siderurgia	12,83%	-31,00%	16,49%	27,00%	5,99%	-56,00%	18,07%	139,00%	2,65%	-82,00%
metalurgia de não-ferrosos	5,72%	-2,00%	2,87%	-50,00%	3,58%	50,00%	3,75%	-35,00%	5,90%	29,00%
química e petroquímica	3,25%	-27,00%	4,37%	33,00%	5,98%	65,00%	9,72%	72,00%	13,17%	-7,00%
celulose e papel	3,19%	-47,00%	4,54%	40,00%	3,15%	-17,00%	8,48%	152,00%	17,44%	67,00%
cimento	0,19%	-64,00%	0,12%	-37,00%	1,07%	937,00%	0,14%	-78,00%	0,08%	-42,00%
outros	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,01%	-48,00%	0,00%	-63,00%	0,08%	537,00%
<b>bens de capital</b>	<b>4,75%</b>	<b>12,00%</b>	<b>5,89%</b>	<b>22,00%</b>	<b>8,76%</b>	<b>79,00%</b>	<b>6,78%</b>	<b>-20,00%</b>	<b>10,41%</b>	<b>20,00%</b>
mecânica	2,34%	-28,00%	2,54%	7,00%	2,96%	40,00%	2,47%	-8,00%	2,75%	4,00%
eletroeletrônica	1,46%	166,00%	1,68%	14,00%	3,51%	151,00%	2,13%	-41,00%	3,03%	7,00%
transportes	0,82%	85,00%	1,47%	75,00%	1,85%	52,00%	1,97%	10,00%	4,25%	54,00%
outros	0,13%	0,00%	0,21%	55,00%	0,43%	150,00%	0,21%	-46,00%	0,37%	51,00%
<b>bens de consumo</b>	<b>3,64%</b>	<b>1,00%</b>	<b>5,76%</b>	<b>56,00%</b>	<b>6,84%</b>	<b>43,00%</b>	<b>6,49%</b>	<b>16,00%</b>	<b>6,19%</b>	<b>-25,00%</b>
essenciais	2,67%	-9,00%	4,14%	53,00%	4,52%	31,00%	4,35%	9,00%	4,97%	-4,00%
duráveis	0,97%	49,00%	1,62%	64,00%	2,32%	72,00%	2,14%	30,00%	1,22%	-59,00%
<b>construção civil</b>	<b>2,68%</b>	<b>63,00%</b>	<b>4,71%</b>	<b>65,00%</b>	<b>5,84%</b>	<b>49,00%</b>	<b>3,68%</b>	<b>-10,00%</b>	<b>3,09%</b>	<b>-45,00%</b>
material	1,13%	-4,00%	2,26%	97,00%	3,08%	64,00%	2,06%	-22,00%	1,85%	-32,00%
empresas	1,68%	205,00%	2,46%	45,00%	2,76%	35,00%	1,61%	7,00%	1,25%	-58,00%
<b>outras indústrias</b>	<b>1,35%</b>	<b>51,00%</b>	<b>2,57%</b>	<b>88,00%</b>	<b>2,19%</b>	<b>2,00%</b>	<b>1,57%</b>	<b>-24,00%</b>	<b>1,76%</b>	<b>-7,00%</b>
<b>AGRICULTURA</b>	<b>10,87%</b>	<b>31,00%</b>	<b>1,20%</b>	<b>8,00%</b>	<b>14,08%</b>	<b>42,00%</b>	<b>12,23%</b>	<b>-5,00%</b>	<b>11,19%</b>	<b>-30,00%</b>
fertilizantes	0,13%	-5,00%	0,21%	60,00%	0,49%	177,00%	0,26%	-9,00%	0,22%	-43,00%
produtos agropecuários	0,60%	53,00%	0,84%	38,00%	1,38%	96,00%	1,49%	25,00%	2,80%	6,00%
agroindústria	4,38%	34,00%	7,22%	62,00%	8,93%	49,00%	7,43%	-12,00%	6,57%	-26,00%
máquinas e implem. agríc.	0,26%	5,00%	0,44%	63,00%	1,01%	178,00%	0,61%	-35,00%	0,19%	-64,00%
infra-estrutura rural	5,44%	30,00%	3,17%	-43,00%	2,24%	-15,00%	2,41%	22,00%	1,41%	-52,00%
outros	0,06%	-30,00%	0,06%	11,00%	0,03%	-45,00%	0,04%	98,00%	0,00%	-100,00%
<b>ENERGIA</b>	<b>8,11%</b>	<b>3,00%</b>	<b>5,94%</b>	<b>-28,00%</b>	<b>9,37%</b>	<b>90,00%</b>	<b>4,41%</b>	<b>-55,00%</b>	<b>5,32%</b>	<b>24,00%</b>
petróleo e gás natural	0,01%	-63,00%	0,03%	0,00%	0,05%	111,00%	0,06%	2,00%	0,02%	-48,00%
carvão/rochas	0,08%	0,00%	0,12%	50,00%	0,10%	-6,00%	0,04%	-65,00%	0,00%	-100,00%
elétrica	6,08%	13,00%	4,97%	-19,00%	8,54%	107,00%	3,65%	-59,00%	4,94%	39,00%
nuclear	0,01%	-89,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	-66,00%	0,00%	-100,00%
alcoól	1,67%	-24,00%	0,65%	-62,00%	0,57%	5,00%	0,21%	-25,00%	0,22%	-33,00%
outros	0,27%	12,00%	0,17%	-38,00%	0,11%	-21,00%	0,44%	96,00%	0,14%	-50,00%
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>25,73%</b>	<b>31,00%</b>	<b>23,82%</b>	<b>-8,00%</b>	<b>22,90%</b>	<b>16,00%</b>	<b>16,16%</b>	<b>-10,00%</b>	<b>14,68%</b>	<b>-31,00%</b>
urbana	9,94%	144,00%	10,93%	8,00%	9,49%	4,00%	6,29%	-10,00%	5,46%	-30,00%
industrial	0,03%	33,00%	0,05%	56,00%	0,07%	78,00%	0,29%	192,00%	0,17%	1,00%
comunicações	0,02%	4,00%	0,44%	0,00%	0,35%	-4,00%	0,04%	-84,00%	1,13%	1333,00%
transporte/armazenagem	15,67%	1,00%	12,31%	-23,00%	12,97%	27,00%	9,34%	-11,00%	7,79%	-38,00%
outros	0,07%	106,00%	0,00%	36,00%	0,02%	-69,00%	0,21%	255,00%	0,14%	-48,00%
<b>SOCIAL</b>	<b>8,26%</b>	<b>-46,00%</b>	<b>1,20%</b>	<b>-86,00%</b>	<b>1,06%</b>	<b>6,00%</b>	<b>2,79%</b>	<b>212,00%</b>	<b>0,86%</b>	<b>-68,00%</b>
<b>OUTROS PROGRAMAS</b>	<b>5,94%</b>	<b>66,00%</b>	<b>6,62%</b>	<b>10,00%</b>	<b>6,83%</b>	<b>24,00%</b>	<b>4,26%</b>	<b>-31,00%</b>	<b>4,42%</b>	<b>-14,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19,00%</b>

Os valores são corridos em moeda nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)

## Operações Aprovadas

APROVAÇÕES										
	%	cresc.								
	1990	1990	1991	1991	1992	1992	1993	1993	1994	1994
<b>Extração de minerais</b>	<b>0,80%</b>	<b>-81%</b>	<b>1,28%</b>	<b>101%</b>	<b>2,17%</b>	<b>123%</b>	<b>3,25%</b>	<b>-52%</b>	<b>0,86%</b>	<b>-12%</b>
<b>Agricultura</b>	<b>3,05%</b>	<b>-66%</b>	<b>9,59%</b>	<b>304%</b>	<b>12,43%</b>	<b>70%</b>	<b>18,63%</b>	<b>12%</b>	<b>21,48%</b>	<b>58%</b>
<b>Indústria de transformação</b>	<b>68,84%</b>	<b>-48%</b>	<b>61,37%</b>	<b>20%</b>	<b>51,89%</b>	<b>11%</b>	<b>77,76%</b>	<b>-34%</b>	<b>45,56%</b>	<b>34%</b>
Trans. Prod. Min. Não Metálicos	1,83%	-41%	2,31%	65%	1,48%	-16%	3,45%	56%	1,94%	-14%
Metalurgia	7,40%	-40%	4,81%	-8%	7,70%	111%	6,39%	-45%	5,50%	32%
Mecânica	3,18%	-41%	3,53%	59%	2,65%	-1%	3,28%	-17%	4,77%	124%
Mat. Elétr. e de Comunicação	3,29%	-36%	2,56%	15%	1,36%	-30%	1,73%	-15%	1,81%	60%
Material de Transporte	1,54%	-89%	4,43%	316%	2,36%	-30%	2,84%	-20%	4,95%	180%
Madeira	1,57%	-33%	0,58%	-33%	0,50%	14%	2,10%	178%	1,30%	-2%
Mobiliário	0,39%	-35%	0,30%	-9%	0,14%	-37%	0,27%	28%	0,29%	60%
Papel e Papelão	15,79%	-51%	16,09%	34%	16,92%	38%	7,39%	-71%	1,91%	-63%
Borracha	0,54%	-20%	0,25%	-45%	0,17%	-13%	0,39%	57%	0,25%	0%
Couro e Pele, Arter. para Viagem	0,26%	-45%	0,16%	-10%	0,11%	-12%	0,15%	-5%	0,17%	76%
Química	13,49%	-48%	9,36%	-12%	3,87%	-46%	3,17%	-45%	2,70%	32%
Produtos Farmac. e Veterinários	0,29%	-51%	0,18%	13%	0,17%	24%	0,22%	-14%	0,15%	-3%
Perfumaria, Sabões e Vela	0,15%	-83%	0,05%	-59%	0,04%	11%	0,13%	97%	0,08%	4%
Prod. de Matérias Plásticas	2,85%	-37%	2,39%	12%	1,36%	-25%	2,59%	27%	3,67%	118%
Têxtil	4,20%	-44%	3,66%	22%	3,24%	16%	5,86%	21%	2,53%	-36%
Vest., Calçados e Arter. de Tecidos	0,97%	-47%	0,72%	-6%	0,37%	-32%	0,63%	15%	0,67%	67%
Produtos Alimentares	8,70%	-17%	6,18%	-6%	5,01%	7%	6,85%	-9%	7,58%	69%
Bebidas	1,53%	-40%	1,79%	41%	3,58%	163%	2,27%	-58%	4,56%	214%
Fumo	0,02%	0%	1,28%	8166%	0,24%	-76%	0,31%	-13%	0,00%	-100%
Editorial e Gráfica	0,52%	-32%	0,53%	32%	0,34%	-16%	1,29%	152%	0,42%	-45%
Diversas	0,32%	-42%	0,20%	-10%	0,27%	75%	0,39%	-4%	0,32%	30%
<b>Serviços</b>	<b>27,22%</b>	<b>-31%</b>	<b>27,68%</b>	<b>55%</b>	<b>33,51%</b>	<b>59%</b>	<b>25,93%</b>	<b>-48%</b>	<b>31,62%</b>	<b>87%</b>
Ativ. de Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	0,13%	-96%	0,89%	647%	0,18%	-74%	0,05%	-78%	0,11%	197%
Atividades Administrativas	0,00%	-75%	0,00%	1359%	0,00%	19%	100,00%	-96%	0,03%	54710%
Construção	2,02%	-23%	2,29%	80%	8,24%	372%	1,28%	-90%	1,26%	52%
Serv. Industriais de Util. Pública	3,31%	-22%	9,26%	274%	4,76%	-32%	3,92%	-45%	0,43%	72%
Comércio Varejista	0,63%	-41%	0,90%	92%	1,27%	85%	1,21%	-36%	1,36%	75%
Comércio Atacadista	0,12%	-42%	0,17%	80%	0,19%	48%	0,48%	68%	0,86%	181%
Inst. de Crédito, Seguro e Capitalização	0,00%	-91%	0,01%	309%	0,02%	72%	0,09%	201%	0,06%	-6%
Com., Inc. e Adm. Imóv., Tit. e Val. Mob.	0,01%	-93%	0,02%	290%	0,01%	-16%	0,24%	1054%	0,01%	-96%
Transportes	18,43%	-11%	12,24%	6%	16,52%	78%	14,20%	-43%	17,78%	88%
Comunicações	0,24%	-90%	0,01%	-94%	0,80%	16630%	0,51%	-58%	2,01%	571%
Alojamento e Alimentação	0,58%	-53%	0,60%	48%	0,77%	67%	2,74%	139%	1,68%	-4%
Serv. de Repar., Manut. e Confeção	0,06%	13%	0,06%	19%	0,07%	50%	0,09%	-7%	0,17%	197%
Hig. Pes., Saunas, Termas e Fisioterapia	0,00%	-83%	0,00%	144%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	2364%
Diversões, Radiofusão e televisão	0,03%	-86%	0,10%	486%	0,02%	-77%	0,02%	-30%	0,06%	453%
Diversos	1,33%	-33%	0,76%	-28%	0,41%	-29%	0,76%	24%	1,41%	180%
Serviços Profissionais	0,21%	-46%	0,34%	107%	0,24%	-7%	0,33%	-8%	0,53%	152%
Adm. Pública Direta e Autárquica	0,13%	-78%	0,00%	-97%	0,01%	395%	0,00%	0%	0,00%	0%
Entidades de Desenvolvimento	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	0%
<b>Outros*</b>	<b>0,09%</b>	<b>-91%</b>	<b>0,08%</b>	<b>93%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-97%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0%</b>	<b>0,38%</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>39%</b>	<b>100,00%</b>	<b>32%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-33%</b>	<b>100,00%</b>	<b>52%</b>
* inclui aprovações para o setor social										
Até 1993 os valores são corrigidos em moeda nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)										
Os valores de 1994 são corrigidos pela URV										

## Desembolsos

DESEMBOLSOS										
	%	cresc.								
	1990	1990	1991	1991	1992	1992	1993	1993	1994	1994
<b>Extração de minerais</b>	<b>1,42%</b>	<b>-51%</b>	<b>0,88%</b>	<b>-34%</b>	<b>1,68%</b>	<b>105%</b>	<b>1,58%</b>	<b>-16%</b>	<b>0,95%</b>	<b>-3%</b>
<b>Agricultura</b>	<b>3,53%</b>	<b>-20%</b>	<b>7,23%</b>	<b>111%</b>	<b>14,65%</b>	<b>118%</b>	<b>17,95%</b>	<b>10%</b>	<b>19,74%</b>	<b>76%</b>
<b>Indústria de transformação</b>	<b>71,89%</b>	<b>-13%</b>	<b>66,28%</b>	<b>0%</b>	<b>49,57%</b>	<b>-20%</b>	<b>48,74%</b>	<b>-12%</b>	<b>41,03%</b>	<b>37%</b>
Trans. Prod. Min. Não Metálicos	1,85%	-9%	1,21%	-28%	1,72%	53%	3,23%	68%	1,93%	1%
Metalmurgia	10,86%	-15%	6,09%	-36%	6,05%	7%	7,11%	5%	4,93%	14%
Mecânica	2,62%	-36%	2,48%	8%	3,01%	31%	3,90%	16%	4,24%	75%
Mat. Elétr. e de Comunicação	2,43%	-41%	1,36%	-33%	1,72%	37%	1,98%	3%	1,66%	35%
Material de Transporte	4,70%	-28%	4,03%	-8%	3,10%	-17%	2,56%	-26%	3,59%	125%
Madeira	1,14%	-7%	0,54%	-48%	0,48%	-4%	0,88%	64%	1,55%	181%
Mobiliário	0,41%	-2%	0,27%	-33%	0,18%	-27%	0,19%	-6%	0,26%	119%
Papel e Papelão	24,05%	11%	20,26%	-7%	11,98%	-36%	9,60%	-28%	3,56%	-38%
Borracha	0,24%	-57%	0,45%	99%	0,17%	-59%	0,25%	30%	0,26%	69%
Couro e Pele, Artif. para Viagem	0,19%	-51%	0,16%	-12%	0,13%	-11%	0,14%	-5%	0,12%	38%
Química	10,92%	-2%	13,95%	43%	5,12%	-60%	3,00%	-48%	2,37%	29%
Produtos Farmac. e Veterinários	0,27%	-14%	0,12%	-43%	0,22%	92%	0,27%	10%	0,12%	-25%
Perfumaria, Sabões e Vela	0,08%	-87%	0,03%	-63%	0,05%	73%	0,07%	26%	0,08%	71%
Prod. de Matérias Plásticas	2,58%	-18%	2,18%	-4%	1,69%	-16%	2,05%	8%	2,64%	108%
Têxtil	3,37%	-38%	3,00%	-2%	2,95%	6%	3,15%	-4%	2,74%	42%
Vest., Calçados e Artif. de Tecidos	0,70%	-59%	0,81%	28%	0,43%	-43%	0,43%	-10%	0,60%	123%
Produtos Alimentares	5,55%	-10%	6,09%	17%	5,62%	3%	5,51%	-15%	6,73%	97%
Bebidas	1,17%	-35%	1,23%	8%	3,57%	214%	3,41%	-15%	2,92%	35%
Fumo	0,01%	0%	1,05%	9708%	0,27%	-79%	0,28%	-7%	0,00%	-98%
Editorial e Gráfica	0,33%	-41%	0,37%	15%	0,57%	66%	0,46%	-28%	0,44%	56%
Diversas	0,29%	-27%	0,24%	3%	0,33%	47%	0,29%	-22%	0,27%	57%
<b>Serviços</b>	<b>20,94%</b>	<b>-43%</b>	<b>25,46%</b>	<b>38%</b>	<b>34,03%</b>	<b>44%</b>	<b>31,72%</b>	<b>-17%</b>	<b>0,05%</b>	<b>92%</b>
Ativ. de Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	0,08%	-88%	0,94%	1744%	0,16%	-81%	0,08%	-56%	0,02%	3%
Atividades Administrativas	0,00%	-98%	0,00%	49%	0,00%	1544%	0,02%	273%	1,98%	56%
Construção	0,99%	-69%	2,07%	122%	5,01%	160%	3,50%	-38%	1,98%	-8%
Serv. Industriais de Util. Pública	3,68%	-54%	3,60%	11%	6,91%	107%	7,55%	-2%	6,24%	31%
Comércio Varejista	0,44%	-49%	0,88%	124%	0,79%	-3%	0,78%	-12%	1,44%	188%
Comércio Atacadista	0,10%	-34%	0,12%	27%	0,19%	79%	0,38%	75%	0,56%	187%
Inst. de Crédito, Seguro e Capitalização	0,00%	-97%	0,01%	974%	0,01%	8%	0,37%	2423%	0,05%	-82%
Com., Inc. e Adm. Imóv., Tít. e Val. Mob.	0,03%	-61%	0,01%	-28%	0,02%	32%	0,01%	-43%	0,01%	125%
Transportes	12,50%	-30%	16,34%	49%	18,51%	22%	16,18%	-22%	18,07%	76%
Comunicações	0,72%	-33%	0,00%	-100%	0,26%	12603%	0,26%	-9%	6,75%	4170%
Alojamento e Alimentação	0,63%	-55%	0,42%	-27%	1,06%	175%	1,17%	-1%	1,42%	97%
Serv. de Repar., Manuf. e Confecção	0,02%	-59%	0,07%	230%	0,06%	3%	0,08%	19%	0,16%	200%
Hig. Pes., Saunas, Termas e Fisioterapia	0,00%	-80%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	2307%
Diversões, Radiofusão e televisão	0,08%	21%	0,08%	16%	0,05%	-25%	0,01%	-83%	0,07%	964%
Diversos	1,19%	-57%	0,64%	-40%	0,54%	-9%	0,77%	26%	0,95%	100%
Serviços Profissionais	0,16%	-55%	0,25%	60%	0,35%	53%	0,59%	49%	0,38%	93%
Adm. Pública Direta e Autárquica	0,12%	-57%	0,03%	-70%	0,09%	225%	0,00%	0%	0,13%	-20%
Entidades de Desenvolvimento	0,20%	66%	0,01%	-97%	0,00%	-100%	0,00%	0%	0,00%	0%
<b>Outros*</b>	<b>0,35%</b>	<b>-83%</b>	<b>0,15%</b>	<b>-50%</b>	<b>0,07%</b>	<b>-48%</b>	<b>0,01%</b>	<b>-93%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-24%</b>	<b>100,00%</b>	<b>11%</b>	<b>100,00%</b>	<b>8%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-11%</b>	<b>100,00%</b>	<b>51%</b>
* inclui desembolsos para o setor social										
Até 1993 os valores são corridos em moeda nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)										
Os valores de 1994 são corrigidos pela URV										

Operações aprovadas	1985		1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994	
	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>43,40%</b>	<b>-3,00%</b>	<b>54,89%</b>	<b>-36,00%</b>	<b>48,06%</b>	<b>29,00%</b>	<b>63,30%</b>	<b>36,00%</b>	<b>52,69%</b>	<b>-7,00%</b>	<b>89,64%</b>	<b>?</b>	<b>62,65%</b>	<b>?</b>	<b>84,08%</b>	<b>?</b>	<b>81,01%</b>	<b>?</b>	<b>46,52%</b>	<b>?</b>
mineração	5,55%	56,00%	1,78%	-66,00%	1,69%	40,00%	1,68%	-36,00%	2,00%	54,00%	0,80%	-81,00%	1,28%	101%	2,17%	123%	3,25%	-52%	0,96%	-12%
metalurgia de não-ferrosos	2,92%	-27,00%	2,11%	-23,00%	2,39%	67,00%	1,15%	-54,00%	1,77%	86,00%	7,40%	-40,00%	4,81%	-8%	7,70%	111%	6,39%	-45%	5,50%	32%
química e petroquímica	3,61%	-1,00%	8,28%	87,00%	7,28%	70,00%	11,42%	81,00%	15,74%	23,00%	13,49%	-48,00%	9,36%	-12%	3,87%	-46%	3,17%	-45%	2,70%	32%
celulose e papel	3,59%	-27,00%	4,02%	20,00%	29,03%	7,00%	17,75%	477,00%	14,14%	-7,00%	15,79%	-51,00%	16,09%	34%	16,92%	38%	7,39%	-71%	1,91%	-63%
mecânica	4,11%	148,00%	3,83%	0,00%	3,80%	48,00%	2,52%	-19,00%	2,35%	-10,00%	3,18%	-41,00%	3,53%	59%	2,65%	-1%	3,26%	-17%	4,77%	124%
transportes	1,00%	50,00%	2,42%	160,00%	4,80%	160,00%	2,77%	-28,00%	9,28%	103,00%	1,54%	-89,00%	4,43%	316%	2,36%	-30%	2,84%	-20%	4,95%	180%
construção civil	2,73%	-38,00%	6,32%	148,00%	5,17%	21,00%	3,32%	-23,00%	3,19%	-26,00%	2,02%	-23,00%	2,29%	80%	8,24%	372%	1,28%	-90%	1,26%	52%
<b>AGRICULTURA</b>	<b>9,22%</b>	<b>-9,00%</b>	<b>15,90%</b>	<b>85,00%</b>	<b>14,47%</b>	<b>34,00%</b>	<b>10,26%</b>	<b>-28,00%</b>	<b>14,02%</b>	<b>2,00%</b>	<b>3,05%</b>	<b>-66,00%</b>	<b>9,59%</b>	<b>304%</b>	<b>12,43%</b>	<b>70%</b>	<b>18,63%</b>	<b>12%</b>	<b>21,48%</b>	<b>68%</b>
comunicações	0,02%	-26,00%	0,06%	206,00%	0,20%	366,00%	2,28%	487,00%	1,85%	8,00%	0,00%	-90,00%	0,01%	-94%	0,80%	16630%	0,51%	-58%	2,01%	571%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-16,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>49,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-20,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-46,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>39%</b>	<b>100,00%</b>	<b>32%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-33%</b>	<b>100,00%</b>	<b>52%</b>
Até 1993 os valores são corrigidos em moeda nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)																				
Os valores de 1994 são corrigidos pela URV																				

desembolsos	1985		1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994	
	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.	%	cresc.
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>41,08%</b>	<b>-14%</b>	<b>50,48%</b>	<b>21%</b>	<b>45,77%</b>	<b>9%</b>	<b>60,14%</b>	<b>31%</b>	<b>63,53%</b>	<b>-14%</b>	<b>75,18%</b>	<b>?</b>	<b>67,16%</b>	<b>?</b>	<b>61,25%</b>	<b>?</b>	<b>50,32%</b>	<b>?</b>	<b>41,98%</b>	<b>?</b>
mineração	3,35%	102%	3,12%	-8%	2,37%	-9%	1,46%	-51%	2,75%	11%	1,42%	-51%	0,88%	-34%	1,68%	105%	1,58%	-16%	0,95%	-3%
metalurgia de não-ferrosos	5,72%	-2%	2,87%	-50%	3,68%	50%	3,75%	-35%	5,90%	28%	10,86%	-15%	6,09%	-36%	6,05%	7%	7,11%	5%	4,93%	14%
química e petroquímica	3,25%	-27%	4,37%	33%	5,98%	65%	9,72%	72%	13,17%	-7%	10,92%	-2%	13,95%	43%	5,12%	-60%	3,00%	-48%	2,37%	29%
celulose e papel	3,19%	-47%	4,54%	40%	3,15%	-17%	8,48%	152%	17,44%	67%	24,05%	11%	20,26%	-7%	11,98%	-36%	9,60%	-28%	3,55%	-38%
mecânica	2,34%	-28%	2,54%	7%	2,96%	40%	2,47%	-8%	2,75%	4%	2,62%	-36%	2,48%	8%	3,01%	31%	3,90%	16%	4,24%	75%
transportes	0,82%	85%	1,47%	75%	1,85%	52%	1,97%	10%	4,25%	54%	4,70%	-28%	4,03%	-8%	3,10%	-17%	2,56%	-26%	3,59%	125%
construção civil	2,68%	83%	4,71%	65%	5,84%	49%	3,68%	-10%	3,09%	-45%	0,99%	-69%	2,07%	122%	5,01%	160%	3,50%	-38%	1,98%	-8%
<b>AGRICULTURA</b>	<b>10,87%</b>	<b>31%</b>	<b>1,20%</b>	<b>8%</b>	<b>14,08%</b>	<b>42%</b>	<b>12,23%</b>	<b>-5%</b>	<b>11,19%</b>	<b>-30%</b>	<b>3,53%</b>	<b>-20%</b>	<b>7,23%</b>	<b>111%</b>	<b>14,65%</b>	<b>118%</b>	<b>17,95%</b>	<b>10%</b>	<b>19,74%</b>	<b>76%</b>
comunicações	0,02%	4%	0,44%	0%	0,35%	-4%	0,04%	-84%	1,13%	1333%	0,72%	-33%	0,00%	-100%	0,26%	12603%	0,26%	-9%	6,75%	4170%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2%</b>	<b>100,00%</b>	<b>20%</b>	<b>100,00%</b>	<b>6%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-24%</b>	<b>100,00%</b>	<b>11%</b>	<b>100,00%</b>	<b>8%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-11%</b>	<b>100,00%</b>	<b>61%</b>
Até 1993 os valores são corrigidos em moeda																				
nacional pelo IGP-DI da revista Conjuntura econômica da FGV (Coluna 2)																				
Os valores de 1994 são corrigidos pela URV																				

## **BIBLIOGRAFIA:**

- Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil vários números Brasília, 1985 a 1995
- BNDES. Revista do BNDES vários números, Rio de Janeiro
- BNDES. Relatórios de Atividades do BNDES, Rio de Janeiro, 1985 a 1995
- Instituto de Economia. Economia e Sociedade n° 3, Campinas, dezembro de 1994
- Fundação Getúlio Vargas. Conjuntura Econômica vários números, Rio de Janeiro, 1985 a 1994
- BNDE. Exposição sobre o programa de reaparelhamento econômico, Rio de Janeiro, 19--
- Feres Sobrinho, Abílio. O papel do marketing em bancos de desenvolvimento: uma aplicação da "Delphi Technique", Rio de Janeiro, ABDE/CEBRAE/BNDE, 1977
- Ferreira, Carlos Kawall Leal. O financiamento da indústria e infra-estrutura no Brasil, Campinas, UNICAMP (tese de doutorado), 1995
- Fonseca, Pedro C. Dutra. BRDE: da hegemonia a crise do desenvolvimento, Porto Alegre, BRDE, 1988
- Oliveira, Fábio Augusto de. A economia brasileira em preto e branco, São Paulo, Hucitec, 1992

- Redwood, John, III. World Bank approaches to the environment in Brazil: a review of selected projects, Washington-D.C., World Bank, 1993
- Santos, Sílvio Aparecido dos. Criação das empresas de alta tecnologia: capital de risco e os bancos de desenvolvimento, São Paulo, Pioneira, 1987
- Sato, Hídeaki. Sistema orçamentário para bancos de desenvolvimento, Rio de Janeiro, ABDE, 1978
- Teixeira, Naternes Guimarães. Os bancos de desenvolvimento no Brasil, Rio de Janeiro, ABDE/CEBRAE/BNDE, 1979
- Teixeira, Naternes Guimarães. O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente a crise atual, Campinas, UNICAMP (tese de doutorado), 1985
- Viana, Ana Luiza d'Avila. O BNDE e a industrialização brasileira 1952-1961, Campinas, UNICAMP (tese de mestrado), 1981
- World Bank. World development report 1990, New York, World Bank/Oxford University Press, 1990